



ÍROHIN

Brasília, ano XII, nº 23

A construção de um mundo mais humano

O pensamento de Milton Santos (1926-2001) abre perspectivas que nos ajudam a viver e faz renascer o interesse pela política. Na p. 28, Péricles Cunha escreve sobre coletânea de artigos do grande geógrafo baiano lançada pela Publifolha. O Dep. Carlos Santana (PT-RJ), na foto abaixo, tem a responsabilidade de presidir a Comissão Especial que emitirá parecer sobre o Estatuto da Igualdade Racial. Os parlamentares da Comissão instalada em 12 de março de 2008 ainda não decidiram se alteram ou não o PL 6264/2005 (Ver editorial, p.2).



Foto: Daniel Cardoso

Ainda nesta edição:

Vanda Sá Barreto, Flávio Gomes, Ana Luíza Flauzina, Roseli Fischmann, Diony Maria Oliveira Soares, Lia Maria, entrevistas com Solange Couceiro, Denise Ribeiro, Dep. Paulo Rubem Santiago e muito mais.

Precisa mexer

A rigor, até o momento, não houve propriamente debates na Comissão Especial destinada a apreciar o PL 6264, que institui o Estatuto da Igualdade Racial. Os parlamentares estão ouvindo palestras, boas e más, e participando de audiências públicas pouco representativas em alguns estados.

A realização de sessões temáticas, apoiadas nos respectivos capítulos do PL 6264, poderia talvez contribuir para fazer a Comissão colocar os pés no chão e encarar a materialidade do Estatuto, seus avanços e limitações. Há atualizações imprescindíveis (saúde, terra, trabalho, mulher negra, etc.), e lacunas desmoralizantes: o Estatuto silencia sobre o racismo, frustrando esperanças e aspirações de milhões de pessoas que sofrem os seus efeitos no Brasil; o Estatuto silencia também sobre o fato de que políticas públicas dependem da garantia de recursos orçamentários.

É de se lamentar ainda que os poucos parlamentares que comparecem às reuniões da Comissão Especial, instalada em 12 de março de 2008, ainda não decidiram se irão mexer ou não mexer no texto do PL que veio do Senado. A tendência majoritária, encabeçada pelo relator Antônio Roberto (PV-MG), inclina-se para deixar tudo como está.

Quem argumenta nessa direção defende que se deve aprovar o que se tem à mão e, após a sanção presidencial, corrige-se o que for necessário. Alega-se ainda que o Estatuto vai desempenhar um relevante papel simbólico e que aqueles que se preocupam em atualizar e aperfeiçoar a proposta igualam-se aos que não querem a aprovação do projeto de lei.

Na última sessão da Comissão

(15.05.08), a deputada Janete Pietá (PT-SP) manifestou suas críticas à posição defendida pelo relator, afastando a dimensão 'simbólica' e reiterando a importância de se legislar sobre políticas públicas, de se discutir ali ações do Estado visando a superação das desigualdades raciais. A deputada sugeriu que a Comissão, de uma vez por todas, decidisse afinal se pretende ou não alterar o PL.

O presidente da Comissão, Dep. Carlos Santana (PT-RJ), que parece inclinado a emendar o projeto de Estatuto, recusou a idéia de votação sugerida pela Dep. Janete Pietá e reafirmou o calendário de trabalho da Comissão, que prevê um prazo para apresentação de emendas no princípio de junho.

O fato é que, desde a instalação da Comissão, já havia uma predisposição da base do governo, profundamente influenciada pelo senador Paulo Paim, de não fazer nenhuma alteração na proposta aprovada no Senado. Ouviriam palestras, consultariam as bases, mas não se disporiam a mexer em nada. A indicação do relator pelo presidente da Casa levou em conta ao que parece a disposição do deputado mineiro em seguir rigorosamente o script traçado.

O senador Paim é que parece acometido de uma febre autoral, que o leva a superdimensionar seus poderes: "Mandem o projeto sem emendas para o Senado, que eu garanto que aprovo até novembro". Mas antes de chegar a esse Senado dos sonhos do senador Paim, a proposta deverá seguir para a Mesa da Câmara, onde irá encontrar o PL 3198/00. É preciso recontar essa história.

Há um movimento circular, protelatório, que é importante compreender. A proposta original

de Estatuto foi apresentada em junho de 2000, pelo então deputado Paulo Paim. Tramitando com prioridade, em dezembro de 2002 já estava na Mesa da Câmara o substitutivo do relator, deputado Reginaldo Germano, aprovado por unanimidade pela Comissão Especial (igual à instalada em 12.03.2008) designada para apreciar o PL 3198/00.

"Sobre a Mesa da Câmara" é, portanto, uma expressão que pode significar muitas coisas, algumas de rara sutileza. Pois bem, em março de 2003, o PL 3198 esteve na pauta do Plenário para debate. Em seguida, o governo federal o retira de pauta para apreciar seu impacto no orçamento (o capítulo que criava o Fundo da Igualdade Racial era, ao menos publicamente, o problema). O papel exercido pelo Seppir no episódio terá o julgamento da História, eu suponho.

Paulo Paim, eleito senador, apresenta em 2003 no Senado o substitutivo aprovado na Comissão Especial da Câmara em 2002, cujo relator tinha sido o deputado Reginaldo Germano. Aprovado no Senado sem debate, com três relatorias sucessivas do PFL, as quais faziam cortina eleitoral para encobrir a ação, essa sim pra valer, encaminhada ao STF contra as cotas, o projeto seguiu para a Câmara no final de 2005, onde aguardou mais de dois anos para ser apreciado na Comissão Especial criada no mês de março deste ano.

"Sobre a Mesa da Câmara", pronto para debate e votação, permanece o PL 3198/2000. As proposições que vêm do Senado (como o PL 6264/2005) têm precedência na tramitação, em relação às proposições com origem na Câmara. Quem diz isso é o Regimento da Câmara. Sendo assim, a versão ori-

ginal do Estatuto, que repousa em berço esplêndido, vai aguardar o resultado da Comissão Especial, destinada a proferir parecer sobre o PL 6264, para ser incluída conjuntamente na mesma Ordem do Dia do Plenário.

Se a proposição envolve negros e índios no Congresso, as bancadas se apavoram. E não é para menos. Quando políticas públicas se destinam a beneficiar negros e índios, acusam-se com frequência os seus proponentes de negar o 'significado da nação', os 'nobres valores republicanos', a 'identidade nacional'. Não é razoável supor que, quando se pretende erradicar desigualdades, deve-se contar sempre com a oposição daqueles que se beneficiam delas? Sabemos todos quais são os privilégios e quem são os privilegiados que se escondem por trás das virtudes cívicas de natureza meramente retórica.

Mas as profecias aterrorizantes acabam produzindo algum efeito. A tramitação excessivamente lenta dos projetos de lei de interesse de negros e índios no Congresso Nacional reflete em parte o apavoramento de legisladores, que fingem ignorar os compromissos assumidos pelo Estado brasileiro na Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban, África do Sul, de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001. O Programa de Ação de Durban, com o qual o Brasil se comprometeu, recomenda com insistência que os Estados devem adotar medidas constitucionais, legislativas e administrativas que permitam o combate ao racismo e a superação das desigualdades raciais. Mas quem conhece o Programa de Ação de Durban?

Edson Lopes Cardoso
edsoncardoso@irohin.org.br

IROHIN

CNPJ: 05.888.358/0001-16

Publicação bimestral. - Tiragem: 16 mil exemplares - Esta edição foi impressa em março de 2008

Comunicação e articulação política a serviço dos afro-brasileiros.

Irohin, uma palavra de língua iorubá, significa "notícia".

Coordenação editorial: Edson Lopes Cardoso.

Equipe *Irohin*: Ana Flávia Magalhães Pinto (DF6986JP), Ana Luiza Pinheiro Flauzina, Cláudia Santos, Daniela Giovana, Darlete Arruda Oliveira, Diony Maria Oliveira Soares (MT5299), Elisabete Lopes Cardoso, Fernanda Felisberto, Jamile Menezes, Lunde Braghini (MT158/93), Mário Theodoro, Péricles Cunha, Renata Nóbrega e Wania Sant'Anna.

Editoração eletrônica: Jorge Paulo de França Jr.

Desenho/Capa (*Oxé de Xangô*): J. Cunha

Site: www.irohin.org.br

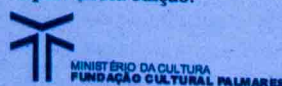
e-mail: irohin@terra.com.br

Caixa Postal: 04372. CEP: 70904-970 - Brasília-DF.

Fone/fax: (61) 3447-1729.

Apoio de: Fundação Ford

Apoio nesta edição:



Ministério da Cultura





Ampliação das oportunidades e participação

A autora reflete, a partir de entrevista de Mangabeira Unger, sobre um modelo de desenvolvimento para o Brasil que contemple a população negra

Vanda Sá Barreto*

RESENHANDO – a entrevista de Mangabeira Unger na Revista Desafios do Desenvolvimento do IPEA de fevereiro deste ano, trata de temas que impactam sobre a vida da população negra deste país, mesmo não sendo um texto que aborde de forma explícita a questão racial.

Após a celeuma em torno da criação do Ministério de Estratégia de Longo Prazo, pouco se soube acerca dos acúmulos logrados na direção da construção das estratégias de longo prazo para o desenvolvimento do Brasil. Nesse sentido, a entrevista é reveladora.

Quais as principais idéias expostas pelo autor e que seriam as bases do projeto de um **novo rumo de desenvolvimento para o país?**

Inicialmente, o ministro reconhece que o país tradicionalmente cresceu dentro *dos setores favorecidos e internacionalizados* de sua economia e isso era o que possibilitava a construção de políticas sociais. Só que, segundo ele, hoje o país quer mais do que isso.

Identifica o surgimento de uma *nova classe média, morena, mestiça que vem de baixo, que luta para abrir pequenos negócios, que estuda à noite, que inaugura no país uma nova cultura de auto-ajuda e iniciativa*.

Segundo ele, as elites brasileiras desconhecem a realidade dessas pessoas que, no imaginário popular, são a vanguarda de batalhadores e emergentes que a maioria tem como modelo e quer seguir. Dessa forma, a grande revolução brasileira seria o



O presidente Lula cumprimenta Mangabeira Unger, responsável pelas estratégias de longo prazo para o desenvolvimento do país

Estado INOVAR para permitir à maioria seguir o caminho trilhado por essa vanguarda.

Conclui dessa forma que um novo modelo de desenvolvimento que dê conta dessa nova realidade tem que se apoiar em dois pilares: ampliação das oportunidades econômicas e educacionais; e participação popular.

Esse modelo se completa com a questão da Amazônia e da Defesa do país – elementos que dariam sustentação ao modelo.

A "Ampliação das Oportunidades Econômicas para a Inclusão Social" se daria através de 3 iniciativas principais: uma Política Industrial e Agrícola de Inclusão; a transformação da Relação Capital-Trabalho e a ampliação dos instrumentos jurídicos ou institucionais disponíveis no Estado para atuar na economia

Reitera a visão de que a política Industrial sempre foi construída e desenvolvida apoiada nas grandes empresas a partir de isenções, privilégio no acesso ao crédito; isso, em desacordo com a realidade da predominância da economia de pequenos negócios, empresas no qual **reside a maior força potencial da nossa economia**.

A operacionalização dessa iniciativa se daria através de aconselhamento gerencial ou formação política de quadros; pela ampliação do crédito e transferência de tecnologia avançada para os pequenos negócios.

A iniciativa de mudanças na relação Capital X Trabalho segue na mesma direção, trazendo para o centro da iniciativa a questão dos segmentos sociais que estão à margem do mercado de trabalho organiza-

do. Como resgatar os 60% dos trabalhadores que estão na informalidade, pergunta Mangabeira.

A terceira – o arcabouço jurídico que até hoje como está montado não funciona, no sentido de aprofundar a concorrência e o mercado.

Quanto à "Ampliação das Iniciativas educacionais" sugere a construção de uma rede de escolas de nível médio federal, para mudar os atuais paradigmas pedagógicos do ensino médio, substituindo o ensino informativo e enciclopédico por outro, analítico e capacitador, que construa uma relação entre o ensino geral e as especializações.

Conciliar a gestão local das escolas dos estados e municípios aos padrões nacionais de investimento e qualidade, com avaliação e monitoramento, onde já há avanços – é outro desafio aliado à redistribuição dos recursos – o que, segundo Mangabeira Unger, o FUNDEB já faz.

A "Inclusão Digital", mais uma iniciativa educacional, teria que ser de massa e não só de uma elite, com produção de conteúdos nacionais e populares que desse voz e vez à sociedade civil: o que, segundo o ministro, seria uma *Iniciativa libertadora*.

DIALOGANDO... O mérito dessas idéias é o reconhecimento da existência de um amplo contingente populacional que, sem a focalização nele das políticas de desenvolvimento, não se alteram

os rumos do desenvolvimento; este será sempre excludente. Essa população, mesmo que, segundo Mangabeira, seja *morena, mestiça...* é negra, é parte da população negra.

Esse diagnóstico se amplia no reconhecimento de que apesar do Estado, essa população por seu próprio esforço empurra/arromba as portas e rompe as barreiras da cor logrando uma mobilidade social.

Esse povo *mestiço, moreno*, como identificado, nada mais é do que uma grande parcela da população negra para quem o autor reconhece a necessidade de inclusão

social mediante a formação de um novo modelo de desenvolvimento. Ora sabemos que, historicamente, foram inúmeras as estratégias de sobrevivência construídas pela população negra, estratégias essas desenvolvidas para além da sobrevivência, que tiveram as atividades ditas informais como formas de resistência (o trabalho de rua, as ganhadeiras, os carregadores e no limites os *tigreiros nos tempos da escravidão*).

Modernamente são as mulheres chefes de família, (cerca de 40% das chefias, a maioria sem companheiros) que são o bastião da resistência: múltiplas jornadas de traba-

lho em prol da educação e de um futuro digno para seus/suas filhos/as.

O Estado tem sim que pavimentar (em contraposição ao inovar) o caminho para a inclusão, que passa pelo reconhecimento dessas formas de produzir como legítimas, muitas delas baseadas na solidariedade. E isso dialoga com um modelo de economia que se apóie no pequeno negócio. Os pequenos negócios do Povo Negro são parte da resistência.

Nesse sentido, o que o autor identifica pode também ser lido como reflexo da luta política pelas Ações Afirmativas.

Qual a contribuição que

Mangabeira Unger traz ao debate sobre Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial? Dar visibilidade à população negra como objeto de políticas, pela primeira vez na história brasileira, mesmo que tímida, propondo diretrizes que possam tirar da informalidade milhões de pessoas, a maioria delas negras: O que significaria dar a essa política, o caráter reparatório que a ação do Estado tem que ter, para resgate da dívida histórica.

O que se oferece é pouco? É muito? É ainda pouco, mas é uma pauta para se começar a dialogar.

*Socióloga



Foto: Darlete Oliveira

A questão racial: o que queremos e o que teremos

Devemos pensar o Brasil no longo prazo a partir da centralidade da questão racial

Mário Theodoro*

Tomo emprestado o início de um artigo recente de meu companheiro João Sicsú, grande economista e diretor de Estudos Macroeconômicos do Ipea.

"Uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil deve ser composta de três partes. A primeira é o ponto final, ou seja, para onde se quer levar a sociedade. A segunda é a trajetória macroeconômica que deve facilitar a chegada ao ponto final. E a terceira são políticas públicas que devem objetivar, por um lado, fazer justiça social e, por outro, auxiliar a continuidade do desenvolvimento - por exemplo, políticas educacionais, políticas ambientais, políticas de redução das desigualdades de renda e de riqueza."

Pensarmos o Brasil de daqui a vinte, trinta anos, é uma tarefa da qual o Ipea se faz protagonista, agora que a instituição se insere no núcleo governamental do pensamento (e da ação) de longo prazo.

Mesmo sabendo de sua importância e crucialidade, deixo aqui de lado a parte da macroeconomia de que nos fala Sicsú. Gostaria assim de fixar-me nas duas outras partes: o ponto final (que sociedade queremos) e de que políticas públicas necessitamos. A correlação entre ambas é evidente. Para determinarmos o conjunto eficaz de políticas públicas temos que estabelecer de antemão o que desejamos, ou melhor, onde desejamos chegar. Esse me parece o mote que nos interessa: o que desejamos com relação à questão racial?

Contrariamente a outras áreas onde os anseios seriam mais consensuais, o quadro racial - ou, mais precisamente, o grau de desigualdade racial - que se almeja para o futuro não é algo sedimentado. A própria aceitação social da questão racial como área de ação das políticas públicas ainda é incerta. Mesmo com todos os avanços galgados no reconheci-

mento da existência das desigualdades entre negros e brancos, o governo ainda não tem um conjunto de políticas públicas consistentes para o enfrentamento do tema. A própria política de cotas nas universidades continua a ser fruto de iniciativas locais e da benfazeja autonomia universitária. O governo não assume um posicionamento expresso. A percepção oficial da problemática racial não se traduziu, até o momento, em uma efetiva ação em termos de políticas públicas.

O vetor racial não foi ainda considerado como balizador dos programas e ações governamentais nos seus diversos âmbitos. Esse absenteísmo por parte do Estado, se não for rapidamente revertido, pode ter consequências bastante nefastas, pela continuidade e até pelo recrudescimento da desigualdade vigente.

Assim, o que queremos para o país daqui a duas ou três décadas,

no que tange à questão racial, corre o risco de ficar muito longe do que teremos de fato. É possível que se perpetuem ou mesmo se exacerbem os diferenciais ora existentes entre negros e brancos. É provável que, sem um redirecionamento do olhar, não logremos qualquer avanço. As mudanças que preconizamos devem começar e serem forçadas já.

Tisnar o planejamento de longo prazo, fazê-lo entender a centralidade da questão racial e do racismo na reprodução das desigualdades no país. Criar uma identidade de princípios que faça com que essa questão passe a ser contemplada, de fato, como uma área de ação de políticas públicas. Esses parecem alguns dos desafios que se interpõem ao exercício de projeção de um Brasil mais justo e equânime nas próximas décadas.

*Doutor em Economia e diretor de Cooperação e Desenvolvimento Institucional do Ipea.



Criminalização do aborto e mulheres negras

No Brasil, o racismo é o fiel da balança a decidir pela preservação da vida ou a produção da morte. Na criminalização do aborto não seria diferente e suas consequências mais perversas recaem sobre as mulheres negras.

Ana Luíza Pinheiro Flauzina*

O sistema de justiça criminal no Brasil tem sido um instrumento estrategicamente empregado para a contenção, controle e eliminação dos contingentes humanos supérfluos aos projetos políticos assumidos pelas classes dominantes. Disso, já estamos cientes. O que é oportuno acentuar é a forma como, em nome do discurso da "segurança pública" – um discurso maleável e que encontra grande penetração no imaginário social – esse sistema vai cumprindo sua real função e ampliando sua agenda política dentro da realidade-limite vivenciada no país.

Nessa seara, a assunção de questões tipicamente relacionadas a outros ramos da atuação institucional pelo controle penal é uma das pautas mais importantes a serem trabalhadas e discutidas. O que dizer, por exemplo, do uso de drogas consideradas ilícitas, que desemboca na criminalização do comércio dessas substâncias? Questão umbilicalmente ligada à saúde pública, a reivindicação da esfera penal para o controle do uso e do comércio de drogas responde inegavelmente a uma agenda política que, após o fim da Guerra Fria, necessitava da construção de um outro "inimigo inconciliável" para dar conta da produção de armas, prisões, artefatos de segurança, aportes midiáticos e todos os instrumentos que compõem a rendosa indústria do controle do crime que não encontra barreiras para sua expansão desde então.

Se para os países desenvolvidos essa é uma realidade com repercussões impactantes em termos de reprodução da violência estrutural e física imposta aos segmentos

socialmente vulneráveis, nas margens do empreendimento globalizante a criminalização desse tipo de atividade cumpre funções visivelmente ligadas ao extermínio. No Brasil, o entendimento tem sido o de que a administração por parte da esfera penal desse tipo de questão é responsável pela produção de um verdadeiro "narcogenocídio" –

do controle penal podem atingir os corpos que devem ser extintos, identificados fundamentalmente com a juventude negra que inunda as periferias das cidades brasileiras.

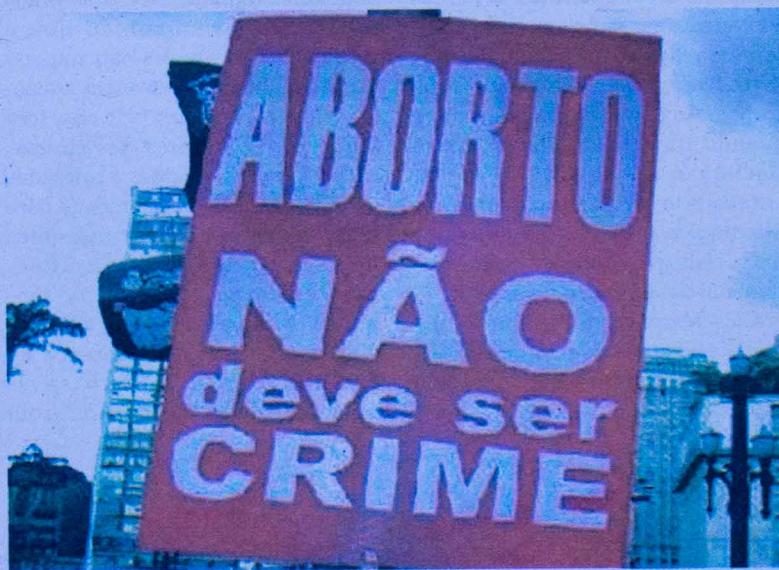
Nessa mesma dinâmica, uma outra pauta indevidamente apropriada pelo sistema de justiça criminal é a que se relaciona ao aborto. A esse respeito, não há como se

lência doméstica perpetrada por homens que desfrutaram de seu convívio social. O famoso ditado popular "Em briga de marido e mulher não se mete a colher" é fórmula bem acabada desse tipo de engenharia punitiva.

A leitura é a de que a esfera pública não tem competência para administrar e dirimir os conflitos da vida íntima. Essa não intervenção do sistema penal na esfera privada é representativa do que Vera Andrade chama de "legitimação pública do poder patriarcal", que, a partir das articulações e pressões dos movimentos de mulheres, é sistematicamente combatida, resultando, entre nós, na recente edição da Lei Maria da Penha, que merece discussão específica pelos avanços e permanências que enseja.

A observação de que o sistema penal cumpre funções apenas subsidiárias no controle dos corpos femininos não implica, entretanto, desconsiderar que, quando acionado, serve à consecução da já referida pauta de extermínio, para nós visivelmente relacionada a uma prática genocida dirigida à população negra brasileira.

Ilustração emblemática desse mecanismo, a criminalização do aborto dirige as baterias públicas da punição na direção dos corpos femininos que não foram suficientemente domesticados no espaço privado. O aborto é crime previsto nos art. 124 a 127 do Código Penal, sendo desconsiderados para fins de responsabilização penal os médicos que o praticarem quando não há outro meio de salvar a vida da gestante e quando se trata de gravidez



para empregar a feliz expressão de Nilo Batista.

Se é sabido que essa verdadeira "cruzada contra as drogas" em nada diminui o consumo das substâncias, acaba por vulnerabilizar ainda mais o usuário pela falta de controle de qualidade das mesmas e dificulta o tratamento da dependência química pelo nível de estereotipia social e desinformação associados, também é verdade que é por dentro dos limites da criminalização que os mecanismos

deixar de mencionar a importante contribuição da criminologia feminista na análise do duvidoso relacionamento que se estabeleceu na equação mulheres X sistema penal. Nesse tocante, o entendimento é que o espaço preferencial para o controle dos corpos femininos é o espaço privado, sendo a esfera pública apenas auxiliar subsidiária a desempenhar essa função. O privado é, portanto, o lócus preferencial de controle e punição das mulheres. Daí a preponderância da vio-

resultante de estupro. Nesse último ponto em especial, é importante atentar para o fato de que a previsão do aborto em caso de estupro se relaciona não ao respeito da autodeterminação feminina sobre seus corpos, tendo em vista sua proibição nos demais casos. O entendimento de grande parte da literatura relacionada à criminologia feminista é de que o controle do estupro tem por base fundamentalmente uma resposta a uma violação ao código patriarcal. Trata-se da possibilidade de um homem invadir o espaço de outro, acarretando, inclusive, não nos esqueçamos, a violação da linha sucessória pela possibilidade dos filhos ilegítimos- possibilidade essa que enseja a liberação da prática do aborto.

Não se trata, portanto, da defesa da liberdade sexual feminina, mas da garantia da propriedade do macho sobre o corpo da mulher. Afinal, esse é um tipo de delito que ocorre predominantemente nas relações de confiança estabelecidas entre homens e mulheres, sendo o estupro, na maioria dos casos, um indivíduo que goza de algum grau de intimidade com a vítima. Daí a complexidade de se enfrentar esse tipo de violação: o estupro, como outros tipos de violência perpetrados contra mulheres, é consequência da dominação patriarcal. É esse o eixo de enfrentamento prioritário para se superar o alto índice de vitimização feminina nos crimes sexuais. É preciso que se altere a dinâmica de poder e domina-

ção estabelecida entre homens e mulheres.

Se a previsão legal do aborto não está conectada à agenda feminista que prima pelo respeito à autodeterminação das mulheres sobre seu corpo e sexualidade, a criminalização dessa mesma prática tem servido como um poderoso mecanismo de controle e extermínio, agora público, das mulheres, especialmente as negras. Os argumentos que condenam a legalização do aborto entre nós estão fortemente alicerçados numa moral religiosa, e não dialogam com as experiências factíveis já em curso em diversos países do mundo.

Pelo menos 35 países, em sua maioria em alto grau de desenvolvimento, já têm a previsão do aborto como uma prática legal. Dentre eles destacamos: Estados Unidos, Itália, Suíça e Inglaterra. A permissão do período gestacional autorizado para a prática do aborto varia em cada localidade, bem como os procedimentos a serem adotados, mas o fato é que se observa o respeito à escolha das mulheres na disposição sobre seus corpos. Ao contrário do que ocorre quando da criminalização dessa conduta, o aborto é, via de regra, antecedido por aconselhamento psicológico e visitas de assistentes sociais que muitas vezes resultam na desistência da mulher à prática abortiva. Além disso, não se observa empiricamente um aumento no número de abortos pela legalização.

Esse tipo de postura institucional não encontra amparo num ambiente político-social como o brasileiro visivelmente porque a criminalização do aborto tem um efeito direto e principalmente lateral que muito interessa aos projetos genocidas em curso no país. No primeiro caso, o que se observa é que o grau efetivo de condenação pela prática abortiva é muito baixo e praticamente só se verifica – como em todas as demais formas de acesso do sistema penal- quando o agente se identifica com o estereótipo do criminoso usual, nesse caso, com a imagem de pessoas que praticam o aborto nas periferias e nos casos de abortos frustrados e denunciados desse mesmo contingente populacional.

Mas a principal razão para a criminalização é mesmo o fato de que esta empurra as mulheres, a quem se quer comprometer a própria possibilidade de concepção, para fora de um atendimento em consonância com os preceitos que abarcam a dignidade da pessoa humana. Se é bem sabido que a tipificação do aborto não impede que as mulheres continuem a fazê-lo, garante, por outro lado que, fora dos espaços restritos das clínicas particulares conhecidas e toleradas pelo Estado, haja possibilidade para todo tipo de prática em ambientes insalubres e despreparados. Ademais, não se pode ignorar, nas tentativas de aborto em que há complicações, também a diferença de tratamento para as mulheres se verifica pelo tipo de atendimento – em

hospitais públicos ou particulares- a que vão ter acesso.

A agenda genocida que vem historicamente agindo nesse país no sentido de minar a existência coletiva da população negra, e que tem o sistema penal como um de seus principais aportes, apóia-se, portanto, na criminalização do aborto- questão umbilicalmente vinculada à saúde pública, repetimos- como um importante instrumento para a consecução da pauta de esterilização e morte de mulheres negras. A recusa em se assumir a agenda do aborto em seu lócus natural é a recusa em dar um tratamento digno às mulheres de periferia, negras em sua esmagadora maioria, e mais, trata-se da possibilidade enviesada de se produzir o extermínio direto ou indireto: pela impossibilidade de se gerar novas vidas ou pela simples extinção do indivíduo.

O debate que gira em torno da legalização do aborto deve carregar, portanto, um elemento racial de base que tem sido pouco considerado. Se é verdade que a criminalização dessa conduta repercute na liberdade de escolha feminina, com consequências para todas as mulheres, fato é que as consequências mais perversas desse empreendimento são sentidas pelas mulheres negras, sendo uma vez mais o racismo o fiel da balança a decidir pela preservação da vida ou a produção da morte no país do carnaval.

**Mestra em Direito (UnB) e professora do UniCeub (DF).*



Ìrohìn de casa nova!

O Ìrohìn está em novo endereço: SCRN 716, bloco H, loja 48. Asa Norte. 70770-680 Brasília-DF.

Peça sua assinatura, ainda gratuita. Fortaleça a divulgação da imprensa negra. Envie seu pedido para a Caixa Postal 04372 / CEP 70904-970 Brasília-DF

Ou peça pela internet no www.irohin.org.br



Como está a saúde da população negra em Salvador?

Denise Ribeiro fala sobre avanços e obstáculos para a consolidação das ações em saúde da população negra, em Salvador.

Após um ano e meio de espera, desde a aprovação pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PSPN) foi finalmente pactuada pelos membros da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) no fim de abril. Com a pactuação, os três níveis de governo "federal, estadual e municipal" assumem compromissos para implementação da Política.

Uma vez que o maior impacto das ações previstas na PSPN deve ocorrer no cotidiano da saúde nos municípios, o *Ìrohìn* entrevistou Denise Ribeiro, coordenadora do GT de Saúde da População Negra da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador (SMS). A experiência deste município tem servido como referência para outras localidades.

No início de abril, a SMS lançou a *Cartilha Quilombola n.º 1 "A Saúde da Mulher Negra de Salvador"*, ação prevista no Plano de Ação do município. Nesta entrevista, Denise Ribeiro fala sobre os avanços alcançados por meio do GT, bem como dos entraves que acompanham a consolidação das ações em saúde da população negra em Salvador.

Ìrohìn "Como se deu a construção da Cartilha Quilombola n.º 1 "A Saúde da Mulher Negra de Salvador?"

Denise Ribeiro "A Secretaria Municipal de Saúde, por meio do GT de Saúde da População Negra, fez várias oficinas com o pessoal de religiões de matriz africana, com o movimento social e também com o pessoal da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Desde 2000, foram

aparecendo vários temas relacionados à saúde da mulher, em especial da mulher negra. Já no *Diagnóstico de Saúde da População Negra de Salvador*, publicado em 2006, a mulher negra aparecia como ponto central para a promoção de saúde. Pensamos, então, em fazer um material informativo com base nessas questões que foram trazidas pelas pessoas que participaram das atividades do GT. Em vez de tratar somente das doenças, nossa intenção foi produzir um material que abor-

as mulheres quilombolas, como até registramos no subtítulo "Cartilha Quilombola n.º 1", o público para o qual o material foi pensado é mais amplo. No futuro, pretendemos fazer outros números abordando outros temas de saúde.

Ìrohìn "Como vocês pensaram o diálogo com o público da Cartilha?"

Denise Ribeiro "Pensamos em mulheres de comunidades, mulheres com papel de liderança, representantes de associações de bairros. Produzimos esse material para ser

lia a incorporação dessa temática dentro da Secretaria Municipal de Saúde atualmente?

Denise Ribeiro "Quando começamos o trabalho dentro da Secretaria Municipal de Saúde, por meio das oficinas e seminários do GT, as pessoas estavam completamente desinformadas. Não sabiam por que, pra que, o que significava, o que deveria ser feito, o que não se fazia. No início deste ano, fizemos uma nova rodada de atividades com outro público, e as pessoas já pareciam estar mais informadas, chegaram com conhecimento anterior sobre o tema. Dentro da Secretaria de Saúde, várias pessoas reconhecem a importância da saúde da população negra para as políticas públicas em saúde do município de Salvador. Fora da Secretaria Municipal de Saúde, o entendimento é menor. A associação direta com a questão da anemia falciforme permanece. Mas temos feito um esforço intenso para ampliar o entendimento sobre o tema. Desde a 8ª Conferência Municipal de Saúde, a discussão tem se ampliado. Na última edição, que precedeu a Conferência Nacional de Saúde, o grupo de saúde da população negra foi o que teve maior número de participantes. Tivemos que encerrar as inscrições, pois o grupo já estava com superlotação. Avalio que há um crescimento do debate e do conhecimento a respeito não só do trabalho, mas da importância dessa temática para a população de Salvador. Sobretudo, há o reconhecimento do trabalho comunitário com os terreiros de candomblé, com o movimento negro, etc.



Foto: Alberto Lima

dasse as discussões mais voltadas à promoção de saúde, trazer os temas que mexem com a gente, que incomodam, que têm a ver com saúde, como a questão do bem-estar, da saúde mental, do stress, do lazer, etc. Por esse motivo, a Cartilha está dividida em duas partes: a primeira para qualidade de vida e a segunda para direitos sexuais e reprodutivos. Além disso, embora haja uma preocupação especial com

trabalhado com esse público. Nossa ideia é fortalecer o trabalho com esse grupo de mulheres e discutir sobre o que está apresentado aqui. São 5 mil exemplares. Portanto, não dá para ser distribuída aleatoriamente, como seria o caso de um folder. Será uma distribuição mais educativa.

Ìrohìn "Esta Cartilha representa, portanto, o resultado de um trabalho preexistente? Como você ava-

Irohìn " Como a Saúde da População Negra aparece no Plano de Ação que organiza a gestão do município de Salvador?

Denise Ribeiro " O Plano de Ação é construído no primeiro ano de governo. A partir daí, a cada ano, definem-se as prioridades e ações correspondentes. A idéia é conseguir implementá-lo até 2009. As ações voltadas para a saúde da população negra previstas no Plano de Ação, eu diria que estão 50% realizadas. Não só pela produção de material informativo que temos feito desde o primeiro ano, mas também pelo estabelecimento de uma rede de informação sobre saúde que abarca os quadros técnicos do município. Isso tem sido apontado pelos relatórios de monitoramento. Mas existe uma ação que está atrasada, que é a criação de um Observatório sobre Saúde da População Negra. No carnaval, fizemos um monitoramento específico para a questão da violência, que é uma informação importante em relação à saúde. De alguma forma, poderíamos considerar isso como uma espécie de observatório, mas não é isso o que queremos. Para ser o que está previsto, precisamos de uma estrutura permanente. A princípio, a idéia era ter um observatório em nível central, mas quando discutimos com os representantes dos distritos sanitários, eles solicitaram a criação de observatórios espalhados pelo município. Se isso for possível, será muito bom. Solicitamos, então, quatro computadores para montar os observatórios. Conseguimos o espaço físico e alguns equipamentos, mas os computadores não. Quando os computadores chegarem, vamos precisar de recursos humanos. Na tentativa de superar esse problema, mandamos neste ano também um projeto para o Ministério da Saúde solicitando um quantitativo de equipamento para os doze distritos. Isso tornaria a ação mais efetiva.

Irohìn " Voltando à rede de informação em saúde, ela é composta apenas por profissionais da saúde?

Denise Ribeiro " Não. A produção de diagnóstico sobre saúde da população negra necessita da coleta de informações não só restritas à Secretaria de Saúde, como dos dados do sistema de informação de morta-

lidade, natalidade, das informações da polícia, da segurança pública, da área da educação, dos dados sociodemográficos. Além disso, incorporamos os estudos feitos nas universidades. São essas as informações que precisam estar dispostas em rede para que haja o monitoramento capaz de gerar um relatório mensal. O observatório precisa da existência dessa rede.

Irohìn " Então, enquanto o observatório está parado, o trabalho tem girado em torno da consolidação dessa rede?

Denise Ribeiro " As ações da rede estão em 50%. E o espaço físico a gente só tem durante o carnaval. Durante o carnaval funciona como observatório da violência. Os hospitais, o Estado, todo mundo

das quais participaram profissionais de todas as categorias: médico, enfermeira, dentista, etc. Mas os médicos participaram muito pouco. Numa oficina dirigida para cinquenta participantes, havia de dois a três médicos. Os agentes de saúde são os que mais participam. Mas, ao todo, em 2006, essa ação de sensibilização envolveu mais ou menos 600 pessoas. Em 2007, repetimos essa bateria de oficinas nos distritos. No início deste ano, passamos a trabalhar com as categorias. A gente fez uma oficina para coordenadores e gerentes vinculados a algo em torno de cento e vinte unidades de saúde do município. Fizemos uma só para os médicos, na qual apareceram cerca de quinze pessoas.



Foto: Alberto Lima

que está trabalhando com a questão da violência no carnaval. É esta estrutura do observatório que acontece durante o carnaval que precisa ser mantida ao longo de todo o ano para qualquer agravo. Por exemplo, estamos agora expostos a uma epidemia de dengue. Já podíamos estar monitorando como isso está acontecendo na cidade como um todo, com relação à cor também. Temos trabalhado para a sensibilização dos profissionais. Todos os distritos participaram de vários momentos de sensibilização. Não diria que todos os profissionais passaram pelas ações de sensibilização, mas houve um considerável avanço nesse sentido. Trabalhamos com os funcionários e coordenadores dos distritos sanitários. Depois fizemos oficinas para cada distrito,

Irohìn " Qual é a avaliação que vocês fazem da participação dos médicos nas oficinas?

Denise Ribeiro " O avanço da discussão sobre saúde da população negra se dá a partir do usuário do sistema, dos agentes de saúde, da sociedade civil organizada e de outras categorias como psicólogos, enfermeiras e assistentes sociais. Os médicos ainda resistem. Por outro lado, o município está passando por um momento muito difícil no que diz respeito à contratação de médicos. Uma empresa privada era responsável pela contratação dos profissionais do PSF, mas nessa gestão foi desfeito o contrato. Os médicos estão sem contrato. Principalmente os do Programa Saúde da Família (PSF). Eles vão passar por um processo de seleção agora. Até relutamos em fazer essa oficina. Fize-

mos, sobretudo, por conta do convênio estabelecido com o Ministério da Saúde, que previa a realização dessas oficinas de sensibilização. Mas teremos que refazer essa atividade quando esse novo quadro for contratado. Atualmente, quase todas as unidades do PSF em Salvador não estão funcionando. Talvez por isso as outras categorias se façam mais presentes nas oficinas. Estamos com uma baixa muito grande de médicos.

Irohìn " Que impacto a saída do secretário Luís Eugênio de Souza pode ter sobre essas ações em saúde da população negra e o próprio GT?

Denise Ribeiro " Pode significar o fim da gente aqui. O novo secretário não tem a menor idéia do que seja o trabalho do GT. Muitas pessoas serão exoneradas após essa troca. Caso seja mantido o GT, isso não significa a permanência da equipe. Outras pessoas podem ser indicadas para continuar esse trabalho. Além disso, causa preocupação o fato de não ter sido criada a estrutura dentro do organograma da Secretaria para comportar esse trabalho de forma mais estável. Trabalhamos muito para que o GT fosse transformado numa assessoria, numa coordenação, mas isso não aconteceu até agora. Não temos garantia de que isso acontecerá.

Irohìn " E no que diz respeito ao apoio dos organismos do governo do Estado para a consolidação da temática nos municípios?

Denise Ribeiro " O governo estadual nunca deu respaldo. No início da gestão, houve a proposta de se estabelecer um trabalho semelhante na Secretaria Estadual de Saúde, mas acabaram criando uma coordenação de promoção da equidade, que abarca população negra, indígenas, homossexuais, assentados, pescadores, quilombolas. Enfim, todos os "excluídos" estão nessa coordenação de promoção da equidade. Não há um trabalho específico para a saúde integral da população negra. O que existe é um projeto de programa de anemia falciforme e uma atuação com comunidades quilombolas, pelo interior da Bahia. A maioria da população do Estado da Bahia é negra, tinha que haver uma visibilidade maior para essa questão.



Rádio Orùnmilá - a voz da periferia não pode ser calada

Conclamamos todos os setores comprometidos com as transformações e com a superação das desigualdades e do racismo a se manifestar na defesa da liberdade de expressão

*Paulo C. Pereira de Oliveira**

Enquanto políticos milionários, empresas de grande porte e aventureiros de toda ordem fazem da Comunicação Social um grande balcão de negócios, a polícia de Ribeirão Preto, em uma estranha operação, tentou fechar a Rádio Orùnmilá. Sem laudo técnico, sem a presença da Anatel, sem mandado de busca e apreensão, sem qualquer base legal levaram equipamentos e tiraram a rádio do ar.

Não se trata de discutir aqui a ação policial. O fato não se resume a ela e é política, cultural e socialmente mais profundo. O que se encontra em discussão é a liberdade de expressão, a democratização dos meios de comunicação no Brasil, a política oficial para a Comunicação Comunitária, a exclusão sócio-cultural, o racismo e a discriminação existentes no país.

Com a atitude arbitrária, os poderosos de plantão utilizaram-se da polícia para reduzir uma questão de caráter político, ideológico, cultural e pedagógico a um caso de polícia. O Centro Cultural Orùnmilá não aceita essa redução e continuará seu trabalho sócio-cultural e sua luta no campo político-ideológico, na busca da emancipação do povo negro e pobre, do crescimento integral e da defesa dos jovens, crianças e adolescentes da periferia e na luta pela preservação da vida e da cultura do povo negro e pobre.

O trabalho do ORÙNMILÁ

Fundado em 1994, o C.C. Orùnmilá desenvolve desde essa

data um trabalho comunitário que envolve principalmente a Cultura Negra, as manifestações artístico-culturais do povo negro, a educação formal e informal e a capacitação político-cultural de jovens, crianças e adolescentes.

Entre suas inúmeras atividades estão um Curso Pré-Vestibular (Curso "Prof. Paulo Dantas da Silva"), oficinas de dança-afro, de capoeira e de percussão. No Carnaval, promove o desfile do Afoxé Omo Orùnmilá, colocando mais de trezentas pessoas nos desfiles oficiais organizados pela prefeitura. Por força de lei municipal, o Afoxé Omo Orùnmilá faz a abertura dos desfiles carnavalescos no município. Mantém ainda, com oito professores universitários e mestres da cultura negra, o "Curso de Capacitação de Professores e Cidadãos para Aplicação da Lei 10.639".

Seus membros integram os Conselhos Municipais da Cultura e da Emancipação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. Participam ainda do Conselho Estadual da Comunidade Negra do Estado de São Paulo. Ministram palestras e participam de debates em universidades, escolas secundárias e primárias, penitenciárias, igrejas e até mesmo no Congresso Nacional e na Assembléia Legislativa de São Paulo. Não é um trabalho para ser reduzido a uma simples operação policial. Qualquer analista, de qualquer matiz ideológico compreende que é um trabalho sério, de grande importância político-cultural e que, inde-

pendente de qualquer outra questão, deve ser preservado.

A rádio Orùnmilá e sua resistência

A rádio Orùnmilá, por sua programação, por sua gestão democrática e comunitária, é considerada por analistas da área como a mais autêntica rádio comunitária do município. Seu vínculo com a comunidade, sua abertura aos bairros e vilas populares e sua gestão não comercial realçam seu caráter democrático, popular e comunitário. Em tese de doutoramento defendida na ECA/USP, Silas Nogueira, professor de Teoria da Comunicação e Sociologia, definiu assim o C.C. Orùnmilá e a rádio:

"A ancestralidade é nossa via de identidade histórica. Sem ela não sabemos o que somos e nem para onde iremos". Com essas palavras, que se tornaram tanto bandeira de luta quanto expressão de uma complexa estrutura teórico/filosófica, foi fundado em 1994, em Ribeirão Preto, o Centro Cultural Orùnmilá. Centrado nos fundamentos étnicos e culturais do povo negro, o Orùnmilá, desde o seu surgimento, iniciou na cidade uma prática considerada heterodoxa por outros integrantes de grupos ou vertentes do movimento negro

(...) E esse é apenas um lado de um conjunto de ações, práticas e teóricas, que forma militantes, promove transformações, combate o racismo e a discriminação e cultiva o enfrentamento com o poder em suas mais diferentes formas e ori-

gens. Sua ênfase é sim o campo da cultura. Mas no Orùnmilá nunca se separou cultura de política, manteve-se sempre a unidade teoria/prática e, desde sua fundação, considera-se a realidade social na sua totalidade.

(...) Sua fonte de conhecimento e sabedoria reside na cultura negra, mais especificamente na cultura do povo Yorubá, um dos povos que foram trazidos para o Brasil como escravos e que têm suas origens no vasto território que corresponde à atual Nigéria. Esse assentamento em um universo filosófico/cultural de origem não ocidental permite uma visão crítica tanto da modernidade construída com bases na cultura eurocêntrica, quanto dos sistemas políticos econômicos erigidos a partir dela. Na afirmação ou na busca da identidade do povo negro, o C. C. Orùnmilá cultua as suas mais remotas raízes a partir do Candomblé, adotado não apenas como religião, mas como modo de vida e visão de mundo.

(...) Essa postura é estendida para a relação existente entre política e cultura e entre esta e a religião. Localizado no seio da periferia urbana, o Centro Cultural Orùnmilá congrega em suas estruturas, ou em suas atividades, as manifestações do universo cultural do negro e dos demais moradores da grande periferia assim como seus produtores, lideranças e praticantes. Envolve, como membros ou como simpatizantes e seguidores, pessoas ligadas aos cultos e entidades da religiosidade negra, à capoeira, ao samba e ao Hip Hop. Promove cursos,

palestras, seminários, oficinas e apresentações. Possui em sua sede, além de um jornal com periodicidade incerta, uma rádio comunitária, a atual "Rádio Orùnmilá", antiga "Periferia Norte - a Comunitária do Gueto". Com esses instrumentos, teóricos e técnicos, o Orùnmilá interfere politicamente na estrutura de poder da cidade, nos Conselhos Municipais, no Carnaval, nas manifestações e na própria concepção da cultura local. Como instrumento de visibilidade e também de

agregação de seus membros, o Orùnmilá abre o desfile carnavalesco da cidade com um Afoxé, manifestação negra que pode ser traduzida como "Candomblé de rua" e, em sua língua de origem, como "o verbo que faz". Desfila ao som de atabaques e seu canto é em língua Yorubá. Quem aprende Capoeira, ou qualquer outra manifestação da cultura afro-brasileira no Orùnmilá, aprende, ao mesmo tempo, a fazer política, a continuar a luta daqueles que puxaram no berimbau os

primeiros toques de guerra e cantaram ritmando a liberdade a caminho dos quilombos...."

É diante dessa realidade e de mais essa violência contra o povo negro, contra a liberdade de expressão e contra a democratização da Comunicação que colocamos nossa indignação e conclamamos todos os setores comprometidos com as transformações e com a superação das desigualdades e do racismo a se manifestar, a publicar este texto, a enviar carta aos Ministérios da

Cultura e da Comunicação, às secretarias estaduais, etc...

***Presidente do Centro Cultural Orùnmilá, de Ribeirão Preto-SP, vice-presidente do Conselho Municipal de Cultura e conselheiro no Conselho Estadual da Comunidade Negra- SP.**

Centro Cultural Orùnmilá -
Rua Orunmilá, n° 100.
Tel: (16)39747478
www.orunmila.org.br



Estatuto garante representação do negro na mídia

Segundo pesquisadora, além de garantir uma cota mínima de participação dos negros na programação midiática, é preciso garantir que a representação do negro não seja baseada em estereótipos.

Ana Cláudia Mielki*

Na luta pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, movimentos negros, pesquisadores e militantes esperam que sejam implantadas ações afirmativas para garantir uma maior e melhor representação do negro na mídia, seja em propaganda, em produtos de ficção ou em produtos jornalísticos. Para isso o Estatuto possui o Capítulo IX, dedicado ao tema, no qual se prevê a adoção de 20% de negros na programação televisiva (Ver Box).

Para falar da representação do negro na mídia, a professora Dra. Solange Couceiro, da Escola de Comunicação e Artes da USP, fala da importância de se criar condições de acesso, mas também ressalta que a questão não é a quantidade, mas a qualidade dessa representação. Solange é autora do livro "Os negros na televisão de São Paulo - estudo das relações raciais", fruto de sua pesquisa de mestrado.

Irohìn: Há pelos menos dez anos

vem se tentando estabelecer uma proposta de cotas para negros nos meios de comunicação, proposta presente hoje no Estatuto da Igualdade Racial (PL N° 6.264/2005). Em termos de percentual, acredita que houve alguma mudança significativa da participação do negro na mídia nessa última década?

Solange Couceiro: Houve um avanço, em termos de televisão principalmente, e talvez dentro da televisão, na ficção, que é o produto de maior audiência. Do ponto de vista das pesquisas que tenho feito e orientado nos últimos anos, mais especificamente em relação à ficção, à telenovela, a gente encontra percentualmente um maior número de atores negros trabalhando. Mas isso também depende do autor. Não é uma coisa programada, sistemática, não está dentro de um planejamento, de uma intencionalidade. Tem muito da iniciativa individual de determinados autores.

Além disso, os anos 1990 trouxeram ainda - dentro desse diálogo com a sociedade - uma preocupação com essa questão. Isso foi levado ao âmbito da esfera federal no governo de Fernando Henrique Cardoso [1994-2002]. No estado de São Paulo, a questão da participação do negro se deu um pouco antes, no governo de Franco Montoro [1983-1987] quando foram constituídos os conselhos, entre os quais o Conselho do Negro. Mais recentemente, no governo Lula, tivemos mais avanços, pois em termos institucionais a preocupação hoje é bem maior. A mídia percebe que a sociedade está se movendo mais, que os movimentos estão acontecendo mais, então ela acaba incorporando isso.

Irohìn: O que acha do estabelecimento de 20% de cotas para negros na programação dos meios de comunicação?

Solange Couceiro: Acredito que tudo é bom. Todas as frentes que se

puder atacar para melhorar essa situação, inclusive essa iniciativa de tentar aprovar uma Lei de percentual de cotas, são muito importantes. Mas sempre fico com uma preocupação: a quantidade não significa que a imagem, a representação do negro vá ser contemplada de uma forma real, de uma maneira mais séria, de uma maneira não estereotipada. Porque você pode, de repente, colocar 25% de mulatas rebolando com bumbum de fora e aí não adianta nada. Por isso faço sempre essa ressalva: é preciso que a televisão - no âmbito de seus diretores, produtores e autores - esteja preparada para fazer uma coisa séria. Não adianta colocar 25% de estereótipos.

Irohìn: Você acredita que com a regulamentação a representação do negro na mídia deva aumentar?

Solange Couceiro: A gente já sabe que as coisas regulamentadas nem sempre são cumpridas. Acredito que nunca é demais regulamen-

tar. Mas não sei se é apenas esse o caminho. A gente tem que tentar outros caminhos, mais ligados à educação, mais ligados à socialização das pessoas, ao convívio com a diversidade. O nosso modelo de relações não é um modelo separado como nos Estados Unidos, onde os grupos ocupam lugares distintos. A gente não tem esse modelo. Mas isso não quer dizer que a gente aceite com mais facilidade o *outro*. A regulamentação é importante. A Lei tem que existir e tem que ser pra valer. Mas só isso não é suficiente. Teríamos que ter um trabalho que venha desde a educação infantil, que é aprender a conviver com a diversidade. Uma contribuição muito importante seria o efetivo cumprimento da obrigatoriedade dos conteúdos, no primeiro e no segundo grau, relacionados à história da África e à história e à cultura dos negros no Brasil.

Irohìn: Desde o início da sua pesquisa, no final da década de 1960, até os dias atuais, o que mudou nesse debate sobre a representação negra nos meios de comunicação?

Solange Couceiro: Há uma linha de preocupação temática que é bastante antiga. Fazendo um histórico, no final dos anos 1960 fiz minha pesquisa de mestrado, que defendi em 1971. A pesquisa foi publicada com o título "Negro na Televisão de São

Paulo". Foi um estudo das relações sociais que, por sua vez, foi inspirado num outro trabalho sobre o negro no rádio em São Paulo, do professor que me orientou [João Batista Borges Pereira]. A preocupação era a de ver que posições os negros ocupavam nas emissoras de televisão na época, qual a programação dessas emissoras e qual a representação que essa programação trazia do negro. Mas não acho que naquela época houvesse uma grande preocupação com isso. As preocupações eram muito esporádicas. Relendo, olhando este trabalho hoje, vejo que ainda tem muita atualidade.

Irohìn: Hoje o interesse em debater e pesquisar a questão da representação do negro na mídia é *maior*, tanto do ponto de vista da militância, quando do ponto de vista da academia?

Solange Couceiro: As questões raciais começam a aparecer mais no final dos anos 1970 com o movimento da sociedade civil e a reorganização do Movimento Negro. E nas uni-



Solange Couceiro

versidades, a pesquisa acadêmica acaba refletindo e refratando também os movimentos da sociedade. Então foi a partir daí, dessa grande rearticulação do Movimento Negro no final da década de 1970, que começou um interesse maior sobre a questão racial, e, especificamente, sobre a questão da representação do negro nos meios de comunicação. Mas eu diria que esse "*maior*" é muito relativo. Hoje a gente tem um pouco mais de interesse, mas esse tema não é o foco das pesquisas acadêmicas. Claro que as coisas foram caminhando e o tema ganhou uma expressividade na sociedade, na medida em que os estudantes negros afloraram em algumas universidades e tiveram a oportunidade também de trabalhar essa questão, de fazer pesquisas e estudar essa questão num movimento que é acadêmico e militante.

Irohìn: Atualmente está no ar, na TV Globo, a novela "Duas Caras", de Agnaldo Silva, que parece ser a novela não histórica com maior nú-

mero de negros. No entanto, estamos vendo casos de negação da negritude e também de representação de um preconceito às avessas. Como você enxerga essa trama e seus personagens negros?

Solange Couceiro: Realmente há muitos atores negros, há mulheres negras belíssimas, que são negras fazendo papéis muito interessantes, uma diversidade de papéis. Você tem desde a prostituta que se tornou condessa, até a menina que se rejeitava e agora não se rejeita mais, que é o caso da Sheron Menezes [Solange]. O problema do preconceito do negro contra o branco – se ele existe –, acredito que ele até exista, mas é preciso entender porque ele existe. Esse preconceito existe como uma forma de responder ao preconceito do branco. É ruim se as pessoas interpretarem como "Olha, está vendo como eles são racistas também", pois não é bem assim. Existe uma resposta a uma agressão anterior, que não está clara na novela. A novela é ambígua, mas de qualquer maneira acho que ela está fazendo uma coisa boa: está dando a oportunidade de mostrar grandes atores negros, mulheres principalmente. Por isso digo que não basta colocar 25% de negros, é preciso saber como colocá-los.

***Mestranda em Comunicação (ECA-USP).**

CAPÍTULO IX - DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Art. 73. A produção veiculada pelos órgãos de comunicação valorizará a herança cultural e a participação dos afro-brasileiros na história do País.

Art. 74. Os filmes e programas veiculados pelas emissoras de televisão deverão apresentar imagens de pessoas afro-brasileiras em proporção não inferior a 20% (vinte por cento) do número total de atores e figurantes.

§ 1º Para a determinação da proporção de que trata este artigo será considerada a totalidade dos programas veiculados entre a abertura e o encerramento da programação diária.

§ 2º Da proporção de atores e figurantes de que trata o caput, metade será composta de mulheres afro-brasileiras.

Art. 75. As peças publicitárias destinadas à veiculação nas emissoras de televisão e em salas cinematográficas, quando contiverem imagens de pessoas, deverão garantir a participação de afro-brasileiros em proporção não inferior a 20% (vinte por cento) do número total de atores e figurantes.

Art. 76. Os órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica ou

fundacional, as empresas públicas e as sociedades de economia mista ficam autorizados a incluir cláusulas de participação de artistas afro-brasileiros, em proporção não inferior a 20% (vinte por cento) do

número total de artistas e figurantes, nos contratos de realização de filmes, programas ou quaisquer outras peças de caráter publicitário.

1º Os órgãos e entidades de que trata este artigo ficam autorizados a incluir, nas especificações para contratação de serviços de consultoria, conceituação, produção e realização de filmes, programas ou peças publicitárias, a obrigatoriedade da prática de iguais oportunidades de emprego para as pessoas relacionadas com o projeto ou serviço contratado.

§ 2º Entende-se por prática de iguais oportunidades de emprego o conjunto de medidas sistemáticas executadas com a finalidade de garantir a diversidade de raça, sexo e idade na equipe vinculada ao projeto ou serviço contratado.

§ 3º A autoridade contratante poderá, se considerar necessário para garantir a

prática de iguais oportunidades de emprego, requerer auditoria e expedição de certificado por órgão do Poder Público.

Art. 77. A desobediência às disposições desta lei constitui infração sujeita à pena

de multa e prestação de serviço à comunidade, através de atividades de promoção da igualdade racial.



Eu gosto do meu cabelo

Cabe somente a nós mesmos, mulheres negras e homens negros, buscarmos a fórmula adequada para a nossa própria representação.

Diony Maria Oliveira Soares*

Dia desses uma pequenina nota com apenas 108 palavras, divulgada na versão digital de um veículo da grande imprensa brasileira aparentemente com a pretensão de abordar o complexo tema "o poder do cabelo", mereceu muitos comentários de internautas: Mulheres e homens ora posicionaram-se a favor dos termos utilizados para a redação, ora teceram críticas por considerá-los discriminatórios.

Ainda que isto possa soar anti-pático, não vou fornecer maiores detalhes nem da nota nem dos comentários. Assumo tal decisão por entender que, sendo um veículo de comunicação a serviço dos afro-descendentes, convém sintonizar com a reflexão de Stuart Hall (2000) para a relação da identidade cultural com as questões: "quem nós podemos nos tornar", "como nós temos sido representados" e "como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios". Hall argumenta que a fala ocorre sempre a partir de uma posição histórica e cultural específica, sendo fundamental levar em conta quem fala e qual é a representação que advém desta fala.

Ou seja, cabe somente a nós mesmos, mulheres negras e homens negros, buscarmos a fórmula adequada para a nossa própria representação. A grande mídia brasileira definitivamente não fará isso. Regra geral, explicita Muniz Sodré (1999), o discurso midiático catalisa expressões políticas e institucionais sobre as relações inter-raciais a partir de "uma tradição intelectual elitista que, de uma maneira ou de outra, legítima a desigualdade social pela cor da pele"; modela as atitudes discriminatórias e desempenha "papel central tanto na produção quanto na reprodução do preconceito e do racismo".

Pois bem, voltemos ao tema abordado pela tal notinha do tal veículo da grande mídia. Segundo Nelma Lopes Cardoso (2007), "mais de 70% dos brasileiros têm cabelos crespos, que vão do encaracolado ao mais crespo". Um dado bastante significativo, uma vez que vários estudos consideram que o cabelo é um dos pontos mais vulneráveis no corpo negro.

Tal consideração me fez lembrar de três episódios que vivenciei tendo o meu cabelo crespo como protagonista. O primeiro ocorreu na minha infância quando, ao chegar à escola com os cabelos recém-alisados a frio com aquelas famigeradas pastas, fiz uma simples alusão a tal prática e isso gerou o desconforto e a mudez das colegas. Naquela época, idos 70 do século XX, talvez o assunto fosse tabu e não pudesse ser comentado entre meninas.

O segundo diz respeito a minha vida profissional e aconteceu no início dos anos 90, quando o editor-chefe de um jornal localizado em município da Serra Gaúcha, no qual eu trabalhava como subeditora, achou que tinha o direito de criticar o meu cabelo em plena reunião de pauta. Eu estava chegando à redação do jornal recém-saída de um salão de beleza (corte, hidratação e penteado). O cabeleireiro havia me incentivado a "assumir os crespos". Incomodado, o editor me recomendou: "você deveria prender esse cabelo".

Já o terceiro ocorreu em 2006, na casa de uma mulher negra idosa e pobre que, quando me viu com os cabelos crespos naturais amarrados para cima por um lenço colorido, reclamou mal-humorada: "não adianta você se arrumar, com este cabelo sempre vai parecer uma mendiga". Nessas três ocasiões, lembro nitidamente, eu estava me sentindo bem bonita.

Tais lembranças incitaram-me a resgatar abordagem de Nelson Inocêncio (1999) sobre as relações raciais e implicações estéticas, na qual este professor explicita que a palavra estética "deriva de 'sentir', mais especificamente das formas de sentir", e destaca que, no Ocidente, o dispositivo estético proporcionou uma "relação maquiavélica entre a cultura hegemônica e culturas emergentes", tendo em vista o componente racial.

Segundo Inocêncio, "existe no Brasil um padrão estético que nega o perfil multirracial do país", sendo que "a divulgação desse padrão condiciona a sociedade a pensar, a se comportar e a almejar vitórias no campo simbólico e até material que esbarram nesse limite".

Assim, ao lembrar que historicamente esta construção discursiva está relacionada com as ambições do processo de colonização desencadeado pelos europeus, o professor sustenta que "o olhar europeu em relação aos africanos e aos ameríndios não foi um olhar casual, mas causal", o que resultou em dicotomias, nas quais "noções de bem e mal, bonito e feio, nobre e vulgar são definidoras do status cultural".

Ou seja, a manutenção de uma condição privilegiada de poder depende de dispositivos que impedem (tentam impedir) aqueles que podem contestar tal privilégio de perceberem o seu próprio potencial de contestação e, consequentemente, de poder resistente.

A lista de dispositivos neste sentido é grande. Em relação ao tema deste artigo, entre outras coisas, para manter a dominação "os mesmos" precisam insistir na pregação de credenciais para baixar a nossa auto-estima: juram que somos feias (os). O jogo é assim e não há

como escapar dele. Urge aprender a jogar com maestria.

Mais uma lembrança surge à tona. Um trecho de uma canção escrita por Cristiane Sobral para a peça teatral *Uma boneca no lixo*, a cuja estréia tive a felicidade de assistir em 1998, em Brasília: "quero viver em paz com meu cabelo / eu tenho muito zelo com meu cabelo / qual será o preconceito / porque você quer me ver sempre do seu jeito / de entender, de saber [...] eu gosto do meu cabelo / eu gosto desse meu zelo / do zelo por mim".

Eu também, Cristiane. Eu gosto desse zelo por mim. Eu gosto do meu cabelo.

*** Diony Maria Oliveira Soares é jornalista, especialista em Antropologia Social e mestra em Educação (UFPel).**

Referências:

- BRESSER, D. *O poder do cabelo*. O Estado de S. Paulo digital. Blog da revista. Seção: Beleza. (www.estadao.com.br) 18.03.2008.
- CARDOSO, N. *Cosmética étnica*. Brasília: Irôhin. ano XII, n.19, março/2007. p.23.
- HALL, S. Quem precisa de diferença? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença*; a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p.109.
- INOCÊNCIO, N. Relações raciais e implicações estéticas. In: LIMA, Ricardo Barbosa (org.). *50 anos depois*; relações raciais e grupos socialmente segregados. Goiânia: Movimento Nacional dos Direitos Humanos, 1999. p.21-35.
- SOBRAL, C. *Uma boneca no lixo*. Texto para representação teatral. original fornecido pela autora. 1998.
- SODRÉ, M. *Claros e escuros*; identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999. p.243-244.



Entrevista: Paulo Rubem Santiago

Sem recursos orçamentários, Estatuto não provocará mudanças

Deputado critica falta de previsão de recursos para ações no Estatuto da Igualdade Racial

Juliana César Nunes*

O PL 6.264/2005, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, começou a ser discutido este ano na Câmara dos Deputados. Uma comissão especial foi criada para analisar o projeto e encaminhá-lo para votação em plenário.

Já aprovado no Senado (2005), ele tem sido avaliado em um clima de quase contemplação. Poucos parlamentares, representantes do governo e ativistas sugerem modificações.

Todos admitem falhas e ausências no projeto, mas o que tem prevalecido é a defesa de uma aprovação ainda este ano, para aproveitar uma suposta "onda afirmativa" no Congresso e evitar que o estatuto volte ao Senado para novas discussões.

Destoando do coro, o deputado federal Paulo Rubem Santiago (PDT-PE) propôs na primeira audiência pública da comissão especial uma modificação que garantisse recursos orçamentários para as medidas e atividades de promoção da igualdade racial e combate ao racismo.

Santiago ainda apresentou números que, segundo ele, mostram a baixa execução orçamentária de projetos voltados para a população negra. Levantamento do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) mostra, por exemplo, que foram executados apenas 32,3% (R\$ 32,84 milhões) dos recursos previstos para o Programa Brasil Quilombola, entre 2004 e 2006.

"Podemos aprovar o melhor estatuto aqui no Congresso. Mas o que precisamos é de efetividades e execução nos gastos públicos. O que será no dia seguinte da aprovação?

O que vai mudar? Os recursos são essenciais para as mudanças efetivas", defende Rubem Santiago, que tem dialogado com as comunidades quilombolas de Pernambuco.

Nesta entrevista, ele detalha a proposta de modificação no estatuto e conta como pretende negociá-la. Com o mandato ame-

seja modificado, com uma emenda que garanta a vinculação das medidas ao orçamento?

Paulo Rubem Santiago - Os programas muitas vezes ficam pelo meio do caminho. Nem as verbas aprovadas nos ministérios são executadas. Como o país é muito grande, é preciso assegurar a vinculação dessas

do perfeitamente a preocupação do senador Paim. A sugestão dele é comprometida, meritória. Mas não adianta aprovar com pressa um estatuto que não poderá ser aplicado na prática. Como vimos falhas na lei, no plano, temos que compensar essas falhas. Não adianta ter um rosário de direitos para a população negra e na hora de colocar isso em prática os recursos não chegam.

Irohìn - Como o Sr. pretende fazer essa modificação? O Sr. acha que ela é possível?

Paulo Rubem Santiago - Não abrimos mão da possibilidade de aperfeiçoar esse estatuto, principalmente no que diz respeito à execução e ao vínculo orçamentário. Sem isso, não tem escola, melhorias no atendimento à saúde, semente para o agricultor. Queremos convencer os deputados da comissão a patrocinar uma emenda coletiva. Vamos tentar convencer o relator também (deputado Antônio Roberto, do PV de Minas Gerais). Precisamos ter o direito de fazer as modificações que julgarmos necessário. Caso contrário, estaríamos apenas corroborando com o projeto que chegou aqui. Qual o sentido de criar uma comissão especial se ela não pode sugerir alterações? Nenhum.

Irohìn - Que outra modificação no estatuto seria importante?

Paulo Rubem Santiago - O estatuto precisa costurar melhor a aplicação das medidas nos âmbitos estaduais e municipais. É preciso desenvolver um sistema único de ações. Quando as prefeituras fazem os projetos, têm pendências e não podem receber o dinheiro. Nas co-



Dep. Paulo Rubem é suplente mais assíduo na Comissão que muitos titulares

açado sob a acusação de infidelidade partidária - saiu do PT para o PDT - o deputado e professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) sempre aponta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) como exemplo de uma boa carta de princípios. E é com um olhar nela que ele defende: "sem vínculo com o orçamento, o Estatuto da Igualdade Racial não é garantia de direitos e políticas".

Irohìn - Por que o Sr. defende que o Estatuto da Igualdade Racial

receitas. Através de um fundo ou exigência de aplicação. Só estatuto não é garantia de direitos e políticas. Não podemos repetir as falhas do Estatuto das Cidades, por exemplo. Um dos maiores programas do governo na área racial, o Programa Brasil Quilombola, teve menos de 40% das verbas aplicadas.

Irohìn - O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu na comissão especial que analisa o estatuto a aprovação sem alterações. Como o Sr. avaliou essa proposta?

Paulo Rubem Santiago - Enten-

munidades quilombolas, o governo federal tenta investir, mas não tem apoio dos governos estaduais. Muitas dessas comunidades estão em locais distantes. Situação das estradas, escolas, do abastecimento de água é precária. Não adianta o governo preparar um programa de benefício e o próprio município sequer construir uma escola ou o estado não recuperar as estradas e garantir a distribuição de sementes para os agricultores.

Ìrohìn – O Sr. está sendo processado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por infidelidade partidária. Qual foi o motivo da mudança do PT para o PDT, após mais de vinte anos de filiação?

Paulo Rubem Santiago – Entre-

guei um relatório no TSE no qual mostro que a mudança ocorreu dentro das regras previstas. O partido fez uma mudança programática, alterou a política macro-econômica, enveredou pela corrupção. Comprovei também atos de discriminação ao meu exercício parlamentar. Tenho documentos que comprovam a justa causa de nossa desfiliação. Enquanto a maior parte dos políticos troca de partido em busca de cargos, benefícios, eu saí de um partido maior para um menor, fiquei fora de comissões importantes, mas isso não me impediu de optar por uma caminhada mais coerente para que eu continuasse fazendo política.

**Jornalista, trabalha na EBC e faz parte da Cojira-DF.*



Foto: Daniel Cardoso

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS TITULARES QUE INTEGRAM A COMISSÃO ESPECIAL DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL (PL nº 6264/2005)

Carlos Santana (PT-RJ) – Presidente- (61) 3215-5286
dep.carlossantana@camara.gov.br

Antônio Roberto (PV-MG) – Relator – (61)3215-5579
dep.antonioroberto@camara.gov.br

Abelardo Lupion (DEM-PR) – (61)3215-5515
dep.abelardolupion@camara.gov.br

Dr. Adilson Soares (PR-RJ) – (61) 3215-5926
dep.dr.adilsonsoares@camara.gov.br

Damião Feliciano (PDT-PB) – (61) 3215-5938
dep.damiaofeliciano@camara.gov.br

Eduardo Barbosa (PSDB-MG) – (61)3215-5540
dep.eduardobarbosa@camara.gov.br

Evandro Milhomen (PC do B – AP) (61) 3215-5419
dep.evandromilhomen@camara.gov.br

Felipe Bornier (PHS-RJ) – (61)3215-5213
dep.felipebornier@camara.gov.br

Janete Rocha Pietá (PT-SP) – (61) 3215-5578
dep.janeterochapieta@camara.gov.br

José Linhares (PP-CE) – (61) 3215-5860
dep.joselinhares@camara.gov.br

Leonardo Quintão (PMDB-MG) (61) 3215-5914
dep.leonardoquintao@camara.gov.br

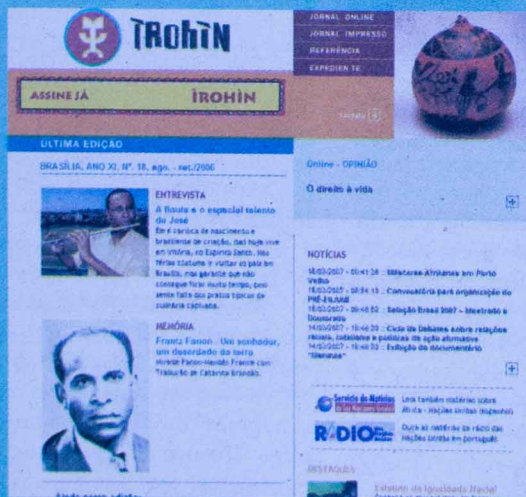
Pastor Manoel Ferreira (PTB-RJ) (61) 3215-5226
dep.pastormanoelferreira@camara.gov.br

Paulo Henrique Lustosa (PMDB-CE) (61) 3215-5945
dep.paulohenriquelustosa@camara.gov.br

Raul Jungmann (PPS-PE) (61)3215-5637
dep.rauljungmann@camara.gov.br

Veloso (PMDB-BA) (61) 32155622
dep.veloso@camara.gov.br

Vicentinho. (PT-SP) (61) 3215-5740
dep.vicentinho@camara.gov.br



Ìrohìn na internet !

Informe-se e participe, acessando www.irohin.org.br

O Ìrohìn on line é atualizado diariamente:

Opinião, notícias, clipping, artigos e enquete.

Aproveite e faça sua assinatura, ainda gratuita.

www.irohin.org.br

Depoimentos

Uma série de requerimentos com sugestões de nomes de palestrantes têm sido aprovados na Comissão Especial que discute na Câmara dos Deputados o PL 6264/2005 (institui o Estatuto da Igualdade Racial). Transcrevemos parcialmente a seguir, com base nas notas taquigráficas das sessões, o depoimento de quatro convidados: senador Paulo Paim (PT-RS), Dra. Jurema Werneck (Criola-RJ), Dr. Walter Claudius Rothenburg (Procurador Regional da República-SP), Sr. Zulu Araújo, presidente da Fundação Cultural Palmares (MinC). As dificuldades que a Comissão tem encontrado para divulgar suas atividades começam com as resistências da própria mídia da Câmara. Infelizmente, não temos aqui espaço para transcrições integrais, as quais estarão disponíveis em www.irohin.org.br.



SENADOR PAULO PAIM

O SR. SENADOR PAULO PAIM - Em primeiro lugar, cumprimento o Presidente Carlos Santana; o nosso querido Relator, que tive a alegria também de abraçar hoje pela manhã, Antônio Roberto; a minha querida Janete Rocha Piétá, sempre nessa jornada, nessa longa caminhada; o meu sempre amigo

Vicentinho, de tantos momentos bonitos ao longo de nossa vida; Eduardo Barbosa, que foi fundamental na aprovação do Estatuto do Idoso — S.Exa. presidiu aquela Comissão Especial —; Evandro Milhomen, companheiro nosso; enfim, todos aqui.

(...) Tentarei ser o mais rápido possível, uma vez que já se

iniciou a Ordem do Dia na Câmara e no Senado.

Entendam os Deputados presentes que estou fazendo aquilo que chamo de provocação positiva à minha querida Câmara dos Deputados. Esta Casa possui enorme dívida com a comunidade negra, uma vez que está deixando de votar os pro-

jetos de interesse dessa comunidade. Eu sei que não são os senhores, tanto que estão aqui neste debate.

Poderia listar 10 projetos — não vou repeti-los aqui — aprovados por unanimidade no Senado e nenhum aprovado ainda na Câmara dos Deputados. Repito: esta Casa tem uma dívida com a comunidade negra. Esta Casa não aprova o Estatuto da Igualdade Racial e sequer avança no debate.

(...) A proposta de criação de um Estatuto da Igualdade Racial foi apresentada no dia 7 de junho de 2000, ou seja, há quase uma década. Na ocasião, apresentei o projeto do Estatuto, e somente um ano depois conseguimos fazer com que a Comissão Especial fosse instalada. Vejam, Srs. Deputados, não estou fazendo críticas a V.Exas., que participam deste debate conosco. A Comissão Mista foi instalada no dia 12 de setembro de 2001, ou seja, 1 ano e 3 meses depois de apresentado o projeto.

Para aqueles que dizem que não houve debate suficiente, lembro que no tempo em que estive na Câmara foram realizadas 25 sessões de debates, 8 seminários, 5 audiências públicas, entre outras reuniões. Na época, o Relator era o Deputado

Reginaldo Germano. No Senado, eu reapresentei a proposta, no dia 29 de maio de 2003, projeto que levou o nº 213. Lá realizamos audiências públicas nas Comissões de Economia, de Educação, de Assuntos Sociais e também na de Justiça, chamando a sociedade para o debate. Portanto ninguém venha me dizer que deixamos de debater o Estatuto da Igualdade Racial. Houve debate. Foi o ideal? Não. Podemos aprimorar o Estatuto? Sim. Mas não vejo vontade de votá-lo. Ninguém me convence de que há vontade de votar o projeto do Estatuto, e devemos analisar o porquê. Claro que no debate avançaremos no assunto.

(...) Sinceramente, devo dizer que o debate das quotas está superado. Duvido que haja um único fórum de que participemos, onde seja feito debate de 1 hora e, no final, o plenário não seja a favor das quotas. Mais de 70 instituições já a aplicaram. E aquele papo-furado de que a excelência dos nossos futuros intelectuais estaria diminuída por alunos de escolas públicas, por pobres, por negros está provado que era uma bobagem inventada por certas pessoas e que passou pela mídia, que vendeu essa imagem para a sociedade.

Cito o exemplo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde realizamos um belo debate. Foi duro, houve pichação, ofensa, mas conseguimos aprovar as quotas. Hoje há total integração. E os alunos da escola pública, negros e índios, que estavam assegurados na quota, puderam ficar tranquilos.

(...) Naturalmente, não estou me referindo ao que disse o Prof. Edson, pelo qual tenho o maior respeito. Ele, na verdade, fez a defesa do Estatuto. Deixo bem claro a diferença da sua fala. Segundo ele, alguns conceitos estão equivocados e podem ser aprimorados.

Mas temos de entender que o setor do lado de lá, os conservadores, os preconceituosos, os

escravocratas de ontem continuam, no fundo, os mesmos e não admitem a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, o qual visa simplesmente dar oportunidades iguais a todos. Eles não admitem isso. Uma hora eles dizem que o problema são as universidades.

Vou contar algo, porque participei de toda a negociação. Eu e o último Relator do projeto no Senado, senador Rodolpho Tourinho, sentamos para discutir nos disseram isso e aquilo relativo às quotas nas universidades. E para conseguirmos dar andamento ao projeto, fizemos amplo acordo relativo ao PL nº 73/99.

Deixem as quotas das universidades de forma implícita, porque o conceito está aqui dentro, no PL 73/99, e nós o aprovaremos na Câmara. Em seguida, o remeteremos para a outra Casa, liquida-se o assunto, e o Estatuto aprovamos lá. Concor damos. Nem o PL 73/99 nem o Estatuto foram aprovados.

Depois me disseram que o problema era em tese a questão dos quilombolas. Discutimos muito, aí eu disse: *"Olha, não dá para a gente não ter uma redação sobre quilombolas aqui dentro, porque decreto a qualquer momento pode ser revogado pelo Governo. Nós queremos que tenha uma questão quilombola"*. E passou. Daí começaram a debater a questão do fundo: *"Não, o fundo é inconstitucional, não dá"*. Outra vez cedemos. O que fizemos? Apresentei uma PEC, a PEC nº 2, porque daí não há desculpa para dizer que é inconstitucional a questão do fundo. Está tramitando. Não está no Estatuto, mas está tramitando a PEC que cria um fundo para dar consistência financeira a tudo o que está aqui dentro. Assim mesmo, o Estatuto está parado.

Por isso eu quero aqui me permitir louvar, homenagear o trabalho dos Deputados desta Comissão, um trabalho de heróis, para fazer com que efeti-

vamente a Comissão fosse instalada e começasse a funcionar.

(...) Com essas preocupações, eu gostaria de concluir sem entrar no mérito de cada um dos pontos do projeto. Claro que o Estatuto pode ser melhorado. O que vocês têm que discutir — me permitam dizer isso aqui — é que se o alterarem agora, vai ser uma briga aqui. E vai voltar para o Senado. Não se esqueçam de que ainda temos o problema das medidas provisórias. O Estatuto tem 85 artigos, 85 leis, todas elas de interesse, no meu entendimento, da comunidade negra. A pergunta que fica é: valeria a pena, depois de um bom debate, aprová-lo assim e mandá-lo para o Presidente, para que S.Exa. possa sancioná-lo no dia 20 de novembro — estou pensando em voz alta —, ou devemos ficar discutindo este ano, sabendo que a correlação de força não é boa para quem não é preconceituoso, e devolver o projeto para o Senado, quem sabe até numa outra correlação de forças no Senado, que não será a mesma que aprovou o Estatuto? E quem sabe quantos anos ele vai ficar em debate para depois ser votado definitivamente. Na minha opinião, devemos discuti-lo amplamente. Mas se fosse possível aprová-lo da forma como está, até o fim do ano, enviar ao Presidente para sanção, sem prejuízo de alterarmos tudo aquilo que entendemos não está adequado na nossa visão, de brancos e negros, que demos a nossa vida pela liberdade, pela igualdade e pela justiça.

Quero deixar essa reflexão. Queria lembrar que ao Estatuto do Idoso, depois de aprovado, só eu fiz 3 alterações, e outros, sei, também o fizeram. Esse é um momento importante por que passa a sociedade brasileira para aprovar o Estatuto da Igualdade Racial.

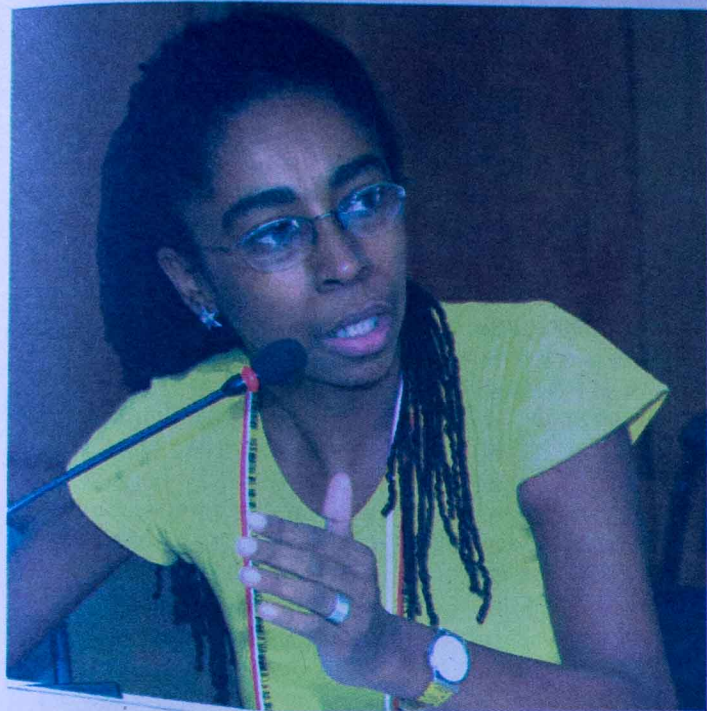
Eu terminaria dizendo a todos que tenho muita esperança desse ano, em que se completam 120 anos da Abolição não

conclusa. Se nós não aprovarmos esse estatuto nesses 120 anos da Abolição não conclusa, podem saber que no ano que vem teremos mais dificuldades, e no outro ano, mais dificuldade, e o projeto vai ficando nas gavetas do próprio Congresso Nacional. Respeitarei, com a maior tranquilidade, os pontos divergentes. E se todos entenderem que ele deva ser alterado, eu só peço que alterem e remetam o mais rápido possível para o Senado, antes de termos um novo momento naquela Casa, que seria a partir de 2010, quando a composição será outra. Essa composição de hoje me garante. Não tem um projeto de interesse da comunidade negra que nós não aprovamos no Senado. Se chegar lá com rapidez, talvez consigamos aprovar antes de novembro. Mas o ideal, no meu entendimento, seria que, se possível e assim costumarmos com a comunidade negra, aprová-lo, enviá-lo para sanção, sem prejuízo de fazermos tantas emendas quanto entendermos para aprimorar o que chamo de redação final. Não esqueçam, há quase uma década está em debate, e eu não gostaria que somasse mais uma década, pois poderíamos chegar aos 20 anos. Se for preciso, meu Presidente e meu Relator, num outro momento vir aqui participar de discussão, até de ponto por ponto, coloco-me inteiramente à disposição.

Enfim, parabéns a todos, meu Relator, meu Presidente. Torço muito pelo sucesso absoluto desta Comissão. Sei que será um sucesso. Alterando ou não, chegando nas minhas mãos no Senado, podem ter certeza de que farei de tudo para lá, onde eu tenho mais espaço, digamos, pois que são somente 81 Senadores, acelerar a discussão e a votação.

Vivam os brancos e negros que têm compromisso com a igualdade racial!

Um abraço a todos. (Palmas.)



JUREMA WERNECK

A SRA. JUREMA WERNECK - Boa-tarde, Sr. Presidente, Sra. Deputada Janete Pietá, demais Srs. Parlamentares, senhoras e senhores participantes. Em nome de CRIOLA, em nome da articulação de organizações de mulheres negras e em nome dos usuários do Conselho Nacional de Saúde, quero agradecer o convite, esta oportunidade de debater mais uma vez a tramitação do Estatuto da Igualdade Racial.

(Segue-se exibição de imagens.)

O primeiro eslaide é bastante informativo e de certa forma conceitual. Tento explicar saúde da população negra. É preciso entender que a saúde da população negra é um conceito em construção; depende da contribuição de cada cidadão deste Brasil, não só dos negros. A princípio, ele está baseado em 3 pontos.

O primeiro é o enfrentamento do racismo. Por que o enfrentamento do racismo? Por que o racismo está na base das desigualdades, das iniquidades, e o racismo é um fator patogênico por si só, capaz de produzir doença, sofrimento, dor e morte no Brasil.

Então, o enfrentamento do racismo precisa ser considerado como primeiro tópico do conceito de saúde da população negra; enfrentamento eneeedo racismo que há na sociedade como um todo, que há nas estruturas e no interior dos organismos responsáveis pela gestão das políticas de saúde, ou seja, o racismo estrutural e institucional a que me referi.

O outro tópico do tema *Saúde da População Negra* não é saúde, mas doença. Que o sistema de saúde, que as ações de saúde e as políticas de saúde possam lidar com os problemas, com os agravos, com aquelas questões de saúde que mais atingem a população negra. Está incluída nesse tópico a doença falciforme, bastante conhecida de todos, e uma série de problemas que se desenvolvem e são agravados ou potencializados pelo racismo e pelas iniquidades, que precisam ser enfrentados. Esse enfrentamento implica várias etapas.

A primeira etapa é a promoção de saúde, ou seja, o desenvolvimento de uma série de ações para evitar que as pessoas adoçam. São ações que ge-

ralmente estão fora do sistema de saúde, estão além da governabilidade dos gestores e dos profissionais de saúde. Saneamento, igualdade, acesso à justiça, habitação, direito à terra e tantas outras questões estão no campo da promoção de saúde e devem ser consideradas quando se pensa na população negra.

Proteção e recuperação também são coisas que cabem ao sistema de saúde e precisam ser consideradas: acesso à vacina; acesso a medidas básicas capazes de impedir que a pessoa adoça; recuperação, no caso daquelas pessoas que adoeceram, porque evita o agravamento, evita maiores sofrimento, evita a morte; e reabilitação, nos casos em que as seqüelas aparecem e precisam também ser tratadas.

Então, o segundo tópico do conceito de saúde da população negra trata de doença ou de como evitar o adoecimento e o sofrimento.

O terceiro tópico do tripé Saúde da População Negra tem a ver com valorização das contribuições da cultura afro-brasileira. Desde sempre, africanos e afro-descendentes construíram visões de saúde, visões de qualidade de vida, visões de cura, de alívio e de superação do sofrimento. Essas contribuições têm sido utilizadas por nós no Brasil também desde sempre, mas quando se fala em política de saúde, raras vezes se considera que essas contribuições devem ser incorporadas. Então, é preciso pensar numa proposta de saúde que incorpore o cidadão e suas propostas culturais, suas visões de mundo, suas práticas. Uso de folhas, compreensão do sagrado, etc., tudo isso faz parte desse conceito e precisa ser considerado também nesse tripé chamado Saúde da População Negra.

O próximo eslaide mostra um pouco o retrato dos movimentos mais recentes de cons-

trução desse conceito e dessa luta que nos trazem a este debate hoje e nos levam mais além dele.

Há que se lembrar que esta é uma luta que já vem de séculos. A população negra sempre demandou o conceito de saúde. A construção de saúde como direito de todos no Brasil é muito tributária dessa participação social e dessa disputa política em que a população negra tem estado envolvida para sua inserção na sociedade como sujeito e para a inserção da saúde como um bem passível de ser acessado por esse sujeito.

(...) O Conselho Nacional de Saúde aprovou, no final de 2006, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Ela vai nortear SUS, Governo Federal, Estados e municípios na ação da saúde da população negra em todo o País. Foi essa aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde em 2006 e vai ser pactuada somente agora, finalmente agora, amanhã, na Comissão de Intergestores Tripartite, que vai pactuar, ou seja, vai combinar qual é a responsabilidade do gestor federal, qual é a responsabilidade do gestor estadual e qual é a responsabilidade do gestor municipal na execução dessa política.

Trago aqui rapidamente quais são os itens dessa política, dado fundamental para que o Congresso, a Câmara dos Deputados e esta Comissão considerem, no que se refere ao capítulo da saúde. Quero informar aos senhores e às senhoras até onde chegamos na política e de que forma o Estatuto pode ajudar não apenas a preservar o que conquistamos, mas avançar um pouco mais.

Essa política tem algumas diretrizes. A primeira delas se refere a formação e educação permanente. Ou seja, o SUS tem uma diretriz de educação permanente dos seus profissionais, de todas as áreas e de to-

dos os níveis, inclusão do enfrentamento do racismo e saúde da população negra na educação permanente dos trabalhadores do SUS. É uma conquista, isso consta das diretrizes da política. A outra diretriz se refere à participação. A participação social é um princípio do Sistema Único de Saúde. Ele deve ser cumprido. Assim se estrutura o SUS. É preciso haver a participação da sociedade, e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra inclui o tópico de estímulo à participação de ativistas negras e negros nos conselhos de saúde, na informação da sociedade, na informação dos profissionais e na participação mais qualificada para o controle social.

Essa política propõe também a produção de conhecimento, porque os impactos do racismo têm sido relatados na literatura internacional, mas muito pouco na literatura brasileira. Isso não significa que pesquisadores brasileiros não leiam os periódicos internacionais, mas o racismo faz com que eles omitam esses dados internamente, que usem essa bibliografia importante como dado para criar novas pesquisas. Então, a Política Nacional de Saúde inclui esse tópico de estímulo à pesquisa. Já houve edital, no ano passado, de ação que investiu 7 milhões de reais em pesquisa de saúde da população negra, e eu espero que isso continue. Eu espero que Ministério da Saúde, CAPES e CNPq façam maior dotação orçamentária. Sete milhões de reais é um princípio, mas não é suficiente. Sabemos que pesquisa demanda recursos. É preciso investir mais.

Outra diretriz dessa política reivindica o reconhecimento dos saberes populares da cultura afro-brasileira, inclusive da contribuição das religiões afro-brasileiras — que esta Casa sabe muito bem que estão sob ataque permanente de algu-

mas religiões cristãs, o que precisa ser coibido. Esse grupo que está sob ataque também precisa ser valorizado pela contribuição que tem dado ao longo de séculos à permanência da população negra aqui no Brasil.

Outra diretriz é o combate ao racismo e a redução das iniquidades no campo da saúde. Uma série de medidas precisam ser tomadas considerando o racismo, como eu disse, como fator patogênico presente não só nas relações entre profissionais e clientes, mas na forma como o sistema se estrutura. A companheira Emília certamente vive esse exemplo, porque diz que o Sistema Único de Saúde é universal, mas desde que o quilombola achesse alguns quilômetros para chegar até ele. Isso é iniquidade, e não universalidade. É preciso rever essa definição de universalidade em que se considera que cada um corra, se puder. Isso é iniquidade, e não universalidade. Então, a política prevê que se olhe para cada um de acordo com a sua necessidade.

A última diretriz da política se refere ao item cor à informação, à comunicação e à educação.

No que se refere ao item cor, que é um tópico importante do Capítulo 1 do Estatuto da Igualdade Racial, não se trata apenas da coleta do dado. Não significa apenas a ficha ter o quadradinho para ser preenchido. Significa o profissional capacitado e sensibilizado para preencher aquele dado, compreendendo o significado desse gesto; significa o profissional do outro nível compreender a necessidade de recolher e contabilizar esse dado; significa, a partir daí, o gestor e o epidemiologista divulgarem esse dado e o utilizarem nas análises epidemiológicas; significa o gestor de saúde desenvolver políticas em resposta àquele dado. Ou seja, não basta ter o dado. A informação é mais do

que coleta do dado, mas significa movimentar todo o sistema com base nele. Vai ser importante inclusive que a qualidade da coleta desse dado seja um indicador da qualidade da prestação do serviço e do funcionamento do SUS.

Por último — estou correndo porque respeitar o tempo de 20 minutos é importante —, a pergunta é: considerando que a política avançou, qual é a contribuição possível do Estatuto da Igualdade Racial nesse sentido? Porque, quando o Estatuto foi apresentado, várias questões não tinham acontecido. Mas por quê? A apresentação do Estatuto no Congresso Nacional potencializou inclusive a nossa mobilização e a negociação com outros setores para que a política avançasse. E, de fato, a política avançou mais do que consta no capítulo de saúde do Estatuto.

E qual é a responsabilidade do Estatuto neste momento? É claro que a primeira questão a ser apresentada a esta Comissão é de que forma o Estatuto pode, de fato, reafirmar as conquistas já existentes. Se a política vai mais adiante do que está descrito no Estatuto, é preciso que ele a reafirme e proponha avanços. E que avanços estão propostos? Acho que o principal avanço está simbolizado nesta foto, tirada no Rio Grande do Sul, perto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a URS. O debate era sobre as cotas. Na verdade, o debate era sobre que medidas deveriam ser tomadas. *"Negro, só se for na cozinha do restaurante universitário. Cotas, não"*. Isso está na rua. O ônibus passa com ela estampada.

Foi assim que alguns estudantes — alguém; parece que foi estudante, mas não se tem certeza — acharam de protestar contra as medidas de reparação e de enfrentamento das iniquidades raciais e do racismo.

Então, o que está sendo colocado para o Congresso, para esta Comissão e para o Estatuto? Lembrar que, sim, a sociedade avançou; mas é preciso que o Estado avance junto com ela. A sociedade já é capaz de reagir quando vê muros pichados.

Não é tão fácil, não se aceita tão facilmente afirmações como essas. Então, o que temos agora em relação à saúde da população negra? Temos uma política aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde, um órgão deliberativo que tem a obrigação de aprovar políticas. Temos, também, a política pactuada por gestores estaduais, federais e municipais, o que deve ocorrer amanhã à tarde no Ministério da Saúde. Mas é preciso que essa política e toda e qualquer conquista na área da saúde — e não só na área de saúde — não fique à mercê das mudanças de governo, da mudança de Ministro, da mudança de gestor estadual e municipal. É preciso que o Estado reafirme seu compromisso. Este é o lugar. Acho que é um dos mais importantes papéis do Congresso: trazer a voz da sociedade para além da voz dos governos.

É claro que a gente tem avançado neste Governo, mas é preciso que o Estado assuma isso de forma perene. Então, acho que é preciso que esta Comissão se sensibilize com os avanços que já conseguimos e consiga fazer dialogar o capítulo que trata de saúde no Estatuto com os avanços conquistados. Inclusive porque o Estatuto foi uma ferramenta que potencializou vários avanços em outros setores, mas é preciso, sim, que ele reafirme uma posição do Estado brasileiro, com uma ação efetivamente anti-racista, capaz de desenvolver uma série de ações políticas e atividades geradoras de saúde da população negra.

Muito obrigada. (Palmas.)



WALTER ROTHENBURG

O SR. WALTER CLAUDIUS ROTHENBURG - Boa-tarde a todos. É uma sensação de muito orgulho estar nesta Casa de representação e discussão popular para oferecer um contributo um pouco técnico, com um pouco da experiência vivida, a propósito do Estatuto da Igualdade Racial.

(...) Para que a gente desafivele as máscaras e deixe tudo muito claro na primeira hora, quero dizer que sou franco favorável e entusiasta de documentos legislativos como esse.

Acho que o Estatuto da Igualdade Racial é uma expressão legítima, no plano jurídico, no plano legislativo, de uma parcela significativa da comunidade nacional e, portanto, vem a tempo e hora.

(...) O substitutivo ao Projeto de Lei do Estatuto da Igualdade Racial tem muito mais virtudes do que defeitos, mas tem ambos. Um defeito que salta aos olhos do leitor externo, mas sempre bem intencionado, é que não leva às últimas consequências as possibilidades normativas — pelo menos na versão que tenho aqui — e utiliza de mais expressões do tipo

"fica autorizado", "ficam autorizados". Não tem que ficar autorizado coisa alguma, tem que impor. Essa é a função do Direito: oferecer injunções, determinações. Esse negócio de sugestões, boa vontade e tal, disso já estamos cheios. No plano legislativo, no palco das leis, há espaço para injunções, para imposições.

(...)No âmbito da saúde, eu não saberia chegar perto da sua simpática e esclarecedora fala, mas, por exemplo, no art. 13, em vez de "*O Ministério da Saúde fica autorizado...*", deve-se prever "*O Ministério da Saúde produzirá estatísticas...*".

Ele não pode "ficar autorizado", isso é uma injunção; ele tem que produzir estatísticas que revelem isso.

O art. 14, §1º: "*O Ministério da Saúde definirá as doenças prevalentes na população afro-brasileira...*", em vez de "*fica autorizado*". Essa informação — e há um direito fundamental à informação — precisa circular.

"*O SUS incorporará o pagamento dos exames*", e não "*fica autorizado a pagar*". E sabemos a lentidão com que essas inovações da medicina aca-

bam sendo incorporadas no pagamento do SUS.

"Os gestores municipais ou estaduais do SUS organizarão serviços de assistência e acompanhamento", em vez de "*ficam autorizados*". "*O gestor federal do SUS deverá*", em vez de "*fica autorizado*."

(...) Há um campo muito mais delicado: o das cotas. Os Estados, o Distrito Federal e os municípios instituirão normas, em vez de ficarem autorizados a instituí-las. A União levará em consideração os dados étnicos, em vez de poderá levar em consideração. Claro que ela tem de levar em consideração os dados étnicos.

Com relação aos meios de comunicação, a exigência nos contratos de realização de filme, etc. da participação de artistas afro-brasileiros deve ser uma exigência e não apenas uma sugestão.

No âmbito dos meios de comunicação, é muito curioso perceber que o art. 77 institui pena de multa e prestação de serviços à comunidade. Como podemos pensar em sanções jurídicas, se se trata de uma mera autorização? Aliás, não é minha área, não sou criminalista, mas sugeriria uma elaboração um pouco mais sofisticada, porque nós temos um dispositivo que estabelece penas, mas não especifica de quanto será a pena de multa e qual será o serviço de prestação à comunidade. De modo que me parece que será um dispositivo de improvável aplicação. Seria melhor se utilizássemos a linguagem do tipo penal, um crime específico.

Com relação a essa interessantíssima sacada, a criação de ouvidorias, no âmbito dos Poderes Legislativos, dos entes da federação, ela também tem de ser uma determinação, uma injunção. Uma das mais interessantes idéias do estatuto não pode ser uma mera sugestão.

(...) Do ponto de vista jurídico, o constitucionalista

alemão dos mais festejados e autorizados procura decodificar, reformular o princípio da igualdade, da isonomia, e parece-me que ele diz coisas analiticamente acertadas. O Prof. Robert Alexy diz que se não há nenhum motivo suficiente para permissão de um tratamento desigual, então, está ordenado um tratamento igual. Essa é a presunção: todos devem ser tratados de maneira igual, se não houver outro motivo. Mas ele não se satisfaz com isso e prossegue dizendo que, se há um motivo suficiente para ordenar um tratamento desigual, então, está ordenado um tratamento desigual.

Perante a Constituição brasileira, a sociedade não tem a opção entre adotar ou não mecanismos que denunciem a desigualdade e promovam a equiparação étnica e racial. Essa é uma incumbência, uma injunção. Se há motivo suficiente para um tratamento desigual, então, está ordenado um tratamento desigual. É mais ou menos o que faz esse estatuto.

(...) Um dos pontos mais polêmicos é o que altera mais uma vez a Lei de Registros Públicos para determinar, no assento de nascimento, a cor do registrando, além dos outros dados; é o art. 18. Penso, a partir de uma perspectiva antropológica, que privilegia tanto a autoconsideração, que estaríamos no limite da violência à autonomia individual exigindo do cartório que promova esse assento mesmo que isso não seja consentâneo com os interesses da família, ou do responsável, ou da pessoa que está sendo registrada. Quero dizer, numa linguagem muito simples, que eu não teria feito isso. Viola-se com isso a autonomia, porque, se isso depende do alvedrio de cada um, deve haver o direito de consignar-se a cor e o direito de não se referir à cor se isso não interessar. Dei uma olhadinha na certidão de



nascimento dos meus filhos, que ainda estavam dormindo ainda, quando eu vim para cá hoje de manhã, e não há menção. Eu também não queria que houvesse.

(...) Com relação aos direitos dos quilombolas, travamos uma luta que não é de hoje nesse segmento, e quero aqui agradecer sempre à Dra. Bernadete o empenho nessas lidas. É muito interessante, que neste momento em que há a regulamentação do acesso à terra e dos direitos dos quilombolas, isso esteja levando vareio de pau de tudo que é lado. É ação direta no Supremo Tribunal Federal, é uma proposta de decreto legislativo, de suspensão do decreto aqui,

no Congresso Nacional... (...) Neste momento, é importante que nós consagremos legislativamente essa questão. Por exemplo, o decreto legislativo estaria esvaziado se a regulamentação já estivesse numa lei. A ação direta no Supremo Tribunal Federal não se basearia no princípio da legalidade, porque isso estaria regulamentado por lei, e não por decreto.

(...) No art. 61, que trata do trabalho, há um elenco de documentos internacionais, e há, talvez, espaço para que se inclua a Convenção nº 169 da OIT, que já foi devidamente internalizada no ordenamento jurídico brasileiro. Há ali uma série de documentos internacionais importantes, pactos da ONU, e era preciso que figurasse ali a Convenção da OIT.

Com relação às cotas, o projeto assume ponto de vista importante, corajoso. Outras pessoas já festejaram, muito antes, a instituição de cotas para os partidos políticos. É um dado fantástico, fundamental. O que há de problemático é, por exemplo, no art. 72, a fixação de percentuais mínimos fixos. Empresas com mais de 20 trabalhadores deverão ter 20% deles. Mas por que esse percentual fixo? De onde nós tiramos isso? Era preciso que a legislação fosse mais dúctil e descesse à realidade. Em alguns Municípios, 20% é ridiculamente pouco, mas há também os Municípios que têm outra composição étnica. Enfim, a questão das cotas é tão importante, tão delicada, é uma plantinha de que devemos tratar com tanto cuidado que estabelecer cotas

fixas artificiais pode significar o desperdício de uma estratégia tão interessante. Por exemplo, há fixação do número total de atores e figurantes por peça publicitária! Eu li um artigo na Internet em que se argumentava o seguinte, é claro que com o sentido de enxovalhamento: e se for um comercial para cabelos loiros, devemos ter pelo menos um percentual de atores afro-brasileiros, negros e tal? Eles desempenharão que papel nesse comercial? Então, o que eu acho é que o próprio Estatuto oferece a saída, no art. 74, § 1º, por exemplo, que estabelece: "do total da programação...", enquanto o art. 75 estabelece: "por peça publicitária". Isso parece-me um exagero. Depende do tipo de comercial.

(...) Com relação a um tópico muito jurídico, muito específico, achei muito interessante ampliar a possibilidade de utilização da ação civil pública também para lesões e ameaças de lesão aos interesses da população afro-brasileira decorrentes de situação de desigualdade racial. Parece-me um emprego muito correto da expressão "desigualdade racial". Então, que bom que a ação civil pública, que já tem uma vocação tão importante e clássica para a tutela do ambiente, do consumidor, dos portadores de deficiência, tenha também incluída expressamente no seu rol a tutela de lesões e ameaça de lesões por conta de desigualdade racial. O problema não está aqui; o problema está em sugerir que para viabilizar essas demandas em juízo só caberia ação civil pública. Acho que não. Tantos outros mecanismos

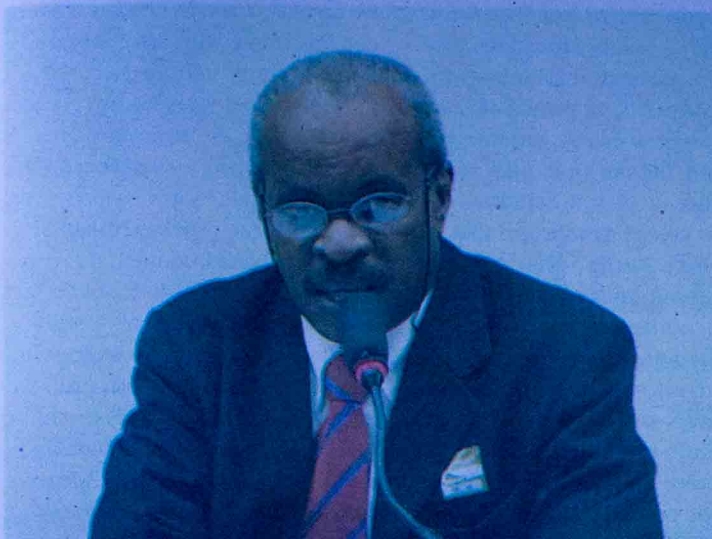
judiciais poderiam ser utilizados! Cuidado: ao potencializar a ação civil pública, mais uma vez acabamos empolgando-nos, dizendo que só cabe ação civil pública. Não, há outras. O próprio art. 81, que estabelece que para problemas de desigualdade racial caberá a ação civil pública — eu acho que deveríamos permitir o cabimento de tantas outras medidas judiciais —, o próprio art. 81, no seu § 1º, sintomaticamente usa o plural: "ações". Ora, se são várias ações, não é só a ação civil pública.

Enfim, eu não quero enfadá-los. Quero dizer o seguinte: o último dispositivo, o art. 85, fala de uma vigência diferida: "Este Estatuto entrará em vigor", se Deus quiser e for aprovado, "90 dias após...". Acho que esse é um dispositivo que, tanto tempo depois, tantos esforços hipotecados, não tem mais sentido. Ele deve ter aplicação imediata, vigência na hora. Não se tem de esperar coisa nenhuma. Aliás, já se esperou demais. Esse dispositivo aqui, de vigência diferida, para mim, já passou da hora.

A igualdade não é dada, não acontece, não se estabelece sozinha. É um desafio. A isonomia é o bom combate do direito, em face de uma desigualdade, de uma iniquidade social crônica em nosso País. Como diz um sociólogo e economista português, Boaventura de Souza Santos, temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.

Obrigado pela atenção. (Palmas.)

Transcrições integrais destes depoimentos estarão disponíveis em
www.irohin.org.br



ZULU ARAÚJO

SR. EDVALDO MENDES ARAÚJO

- Boa-tarde ao Sr. Presidente desta Comissão, Deputado Carlos Santana, e às Sras. e Srs. Deputados membros da Comissão. Minha saudação especial aos Deputados Vicentinho, companheiro de muitas jornadas; Janete Rocha Pietá; Paulo Rubem Santiago; João Almeida, meu conterrâneo; e aos demais presentes.

(...) O Brasil tem dado passos largos e importantes rumo a esse objetivo. Podemos identificar hoje algumas vitórias muito interessantes para que possamos, inclusive, ao analisar o Estatuto da Igualdade Racial, colocá-las como exemplos ou referências.

Temos hoje algo em torno de 52 universidades públicas com sistemas de cotas aprovados. Sejam cotas raciais, sejam cotas sociais, o fato é que esse dado é relevante.

Temos aproximadamente 200 mil jovens afro-descendentes no ensino superior. Ou seja, eles ingressaram no ensino superior, o que significa dizer que nos próximos 5 ou 10 anos teremos aproximadamente 150 mil a 200 mil jovens podendo competir no mercado de trabalho, com o mínimo de qualidade educacional e profissional nessa arena que é hoje conseguir um emprego, seja no Brasil, seja em qualquer parte do mundo.

Temos também 1.202 comunidades remanescentes de

quilombos certificadas no Brasil. Temos entre Governo Federal e alguns Governos de Estados brasileiros, através do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), o ITERMA (Instituto de Colonização e Terras do Maranhão) e o ITERPA (Instituto de Terras do Pará), junto com o INCRA, aproximadamente, 225 comunidades ou territórios de quilombos titulados, demarcados.

Temos também a Lei nº 10.639 em andamento, no Ministério da Educação, por intermédio de 4 programas — UNIAFRO, Educação Africanidades Brasil, Cultura Afro-Brasileira e Brasil Quilombola.

Temos hoje 240 mil exemplares de publicações disponibilizados para os professores que trabalham com a Lei nº 10.639, além de programas no Ministério da Saúde, como o Programa de Atenção à Saúde da População Negra; e no Ministério das Relações Exteriores, um programa intitulado Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia, que visa estimular a entrada de diplomatas negros no Ministério de Relações Exteriores. Esse programa, diga-se de passagem, tem forte subsídio da Fundação Cultural Palmares, da ordem de 150 mil reais ao ano. Do total de 25 alunos ao ano que têm acesso à bolsa, a Palmares subsidia 6 com 25 mil reais de bolsa/ano para cada um deles, haja vista

que a diplomacia brasileira, apesar de sua competência, reconhecida no mundo inteiro, carece de representação do segmento afro-brasileiro.

(...) E também no Ministério de Meio Ambiente temos um programa de proteção aos conhecimentos tradicionais.

Por que estou elencando esse conjunto de conquistas e vitórias, que eu diria que não são do movimento negro, nem comunidade negra, mas vitórias que a sociedade brasileira alcançou nesses últimos anos?

É bem verdade que essas vitórias têm a participação efetiva das organizações de movimentos negros. Ninguém pode duvidar disto. Mas também é verdade que houve, por parte do Governo ao qual pertencço, o Governo Lula, estímulo e participação efetiva para que essas conquistas pudessem ser concretizadas.

(...) Ao dizer isso, estou levando em consideração alguns fatos que têm ocorrido na sociedade brasileira hoje e que indicam a necessidade de termos um marco regulatório, de termos, do ponto de vista legal, âncoras, mecanismos de proteção que nos impeçam de voltar ao que eu chamo, minimamente, de estágios antecivilizatórios.

Um deles diz respeito à questão dos quilombos. Todos os senhores têm acompanhado a polêmica que têm sido travada no Brasil sobre a questão quilombola. Quando foi promulgado o art. 68 do ADCT da Constituição de 1988, parecia simples reconhecer que havia um conjunto de pessoas excluído da sociedade, que teve que fugir, que teve de abrir mão de direitos elementares para garantir algo inegociável, a liberdade.

(...) Pois bem, hoje, 120 anos depois da Abolição da Escravatura, do mesmo modo que me congratulo com a Câmara dos Deputados por estar aqui participando deste debate, lamento profundamente que ainda tenhamos que explicar nos meios de comunicação por que os remanescentes de quilombos precisam de reparação.

Às vezes me passa a idéia de que se trata de um conto kafkiano, quando vejo cidadãos brasileiros de todas as categorias, quase todos oriundos da elite brasileira, seja econômica, seja política, tentando pôr em dúvida, em primeiro lugar, a existência dos quilombolas; em segundo lugar, o direito que eles têm de reparação; e, em terceiro lugar, a seriedade dos órgãos responsáveis por implementar essa política.

Não há, até o presente momento, nenhuma prova, nenhum elemento que indique que qualquer desses órgãos tenha cometido qualquer irregularidade. Não há um julgamento, uma decisão judicial transitada em julgado que prove ou que indique que foram cometidas irregularidades por esses órgãos, seja pelo INCRA, seja pela Fundação Palmares, SEPPIR, órgãos estaduais ou órgãos municipais. No entanto, há uma campanha nos principais órgãos de comunicação tentando criminalizar as ações e as atividades desses órgãos, que são, diga-se de passagem, órgãos formais do Estado brasileiro, das 3 esferas de poder — federal, estadual e municipal. Mais do que isso, tentam até afirmar que o atendimento desses direitos poderia provocar na sociedade brasileira uma guerra, um conflito de tal porte que levaria o desassossego e a intransigência aos lares brasileiros.

Não sei como 3% da comunidade negra, algo em torno de 2 milhões e 500 mil quilombolas, espalhados nos lugares mais recônditos deste País, sem possibilidade de locomoção, sem acesso até mesmo aos bens mais elementares — muitos desses territórios quilombolas não têm acesso sequer à moeda como elemento de troca, ainda utilizam o escambo para troca de bens e serviços —, como esses cidadãos, tão pouco numerosos e tão pouco poderosos, poderiam levar essa intransigência ao seio da Nação.

(...) Nesse sentido queria fazer 3 observações ao que li aqui na proposta de Estatuto da Igualdade Racial. Tenho certeza de que

a sua votação ocorrerá em breve, até pelo empenho do Deputado Carlos Santana, que é daqueles perseverantes e determinados.

(...) Foi excluído daqui dessa proposta o papel que a Fundação Cultural Palmares tem na certificação dos remanescentes de quilombos. Acredito eu que a exclusão se deveu ao fato de se considerar que, suprimindo-se essa etapa e indo-se direto para a relação com o INCRA, fariamos avançar o processo. A realidade não tem mostrado isso. No meu entendimento, o grande gargalo que ocorre no processo de proteção aos territórios de quilombos dá-se exatamente na demarcação e na titulação, porque ela pressupõe também, na própria regulamentação que está no decreto, a contestação judicial. Mais do que isso, do que haver a contestação judicial, há a possibilidade também de que o próprio relatório técnico, devido à complexidade que tem no Brasil o estabelecimento de cadeia dominial, a identificação dos verdadeiros donos das terras — muitas delas públicas, outras nem tanto — leve às vezes a demandas judiciais, que fazem com que a velocidade com que o INCRA trabalha seja muito menor do que a velocidade, por exemplo, com

que a Fundação Cultural Palmares trabalha.

Para que os senhores tenham uma idéia, nós temos 1.202 comunidades certificadas e 82 tituladas no plano federal, e não é por falta de vontade política do INCRA. Eu quero deixar isto muito claro: não é. Eu, até por minha origem profissional, sei perfeitamente das dificuldades que há para a identificação da cadeia dominial, para que se possa efetivamente determinar quem é o dono dali e, conseqüentemente, fazer a desapropriação ou não. Quando é área privada, tem-se que fazer a desapropriação. Então, a certificação tem servido hoje como um elemento não só de porta de entrada desses remanescentes, para terem acesso aos bens e serviços, como também como uma etapa transitória, em que eles ficam meio que no limbo. Ficando no limbo, quando há a certificação, o Estado pode aportar bens e serviços. Isso eu acho que deveria ser acrescentado à lei, ou seja, que, na medida em que o território de quilombo é certificado pelo órgão público chamado Fundação Cultural Palmares, automaticamente esse quilombo poderá ter acesso aos bens e serviços públicos, incluindo aí a implantação de equipamentos públicos.

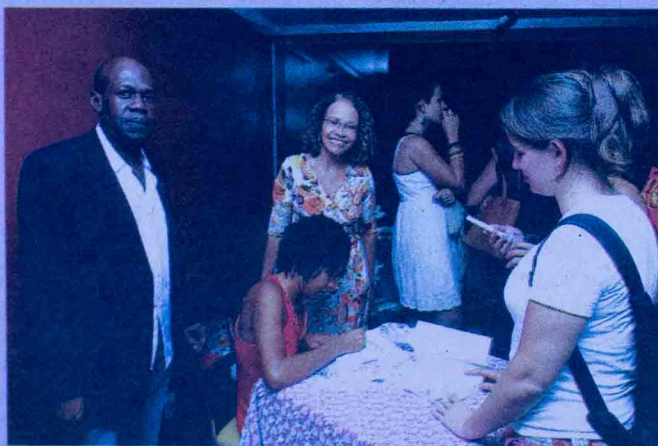
O que ocorre hoje? A Lei nº 8.666/93, a Lei de Licitações proíbe que se possam implantar equipamentos públicos, principalmente equipamentos físicos, em terrenos ou áreas físicas que não sejam tombadas — isso o Estado — ou que não sejam desapropriadas. O que ocorre então? Nós vivemos um dilema: temos o território certificado, aguardando a titulação, e enquanto isso ocorre nenhum equipamento pode ser implantado na área, sob pena de estarmos cometendo uma ilegalidade.

Então, eu acho que, mais do que a boa vontade do legislador de que o INCRA e o Estado estejam dotados da velocidade necessária ao atendimento da demarcação, da titulação e da regularização, acho que era melhor trabalharmos com uma realidade na qual identificamos uma média de aproximadamente 2 a 3 anos para se fazer uma demarcação e uma titulação. Esse é o tempo mínimo. Só que as pessoas vivem. E enquanto isso corre, pelo que está aqui, o Estado não poderia adotar nenhuma medida efetiva de disponibilização de bens e serviços. Então, é uma sugestão. É evidente que a faremos formalmente, que a Fundação Cultural Palmares a apresentará ao Presidente da Comissão de manei-

ra formal, mas já chamo a atenção dos Deputados aqui presentes, daqueles que vão discutir, para a necessidade de termos um processo de transição, um elemento de transição entre a certificação e o processo final, entre o auto-reconhecimento — melhor dizendo — feito pela comunidade e o processo final, que é, na verdade, o que hoje prevê o Decreto nº 4.887/03. E o decreto prevê isso exatamente por se identificar essa dificuldade. Não é porque a Palmares é mais bonitinha, ou mais bem equipada. Pelo contrário, a Palmares tem uma equipe reduzidíssima: são 85 servidores, sendo que quase 2/3 deles são terceirizados. Quem conhece a Palmares sabe das dificuldades que vivemos.

(...) Dito isso, eu encerro definitivamente, colocando a Fundação Cultural à disposição desta Comissão, assim como da Câmara dos Deputados como um todo, para que possamos dar nossa modesta contribuição, na certeza de que essa modesta contribuição será sincera e estará comprometida com os interesses maiores da sociedade brasileira de termos uma sociedade igual, fraterna e justa.

Muito obrigado. (Palmas.)



Lançamento em Brasília de "Corpo negro caído no chão" foi sucesso de venda.

O dia 09 de abril de 2008 foi marcado pelo lançamento do livro de Ana Luiza Pinheiro Flauzina sobre o projeto genocida do Estado brasileiro contra a população negra. "Corpo Negro caído no chão", da editora Contexto, é uma discussão singular, cuja denúncia, sob uma perspectiva histórica e criminológica, e, por que não dizer, coletiva, remete o leitor a pensar em profundidade sobre as conseqüências do racismo na sociedade brasileira.

Compareceu ao evento um público formado especialmente de muitas pessoas negras, operadores do direito, amigos e familiares. A importância do tema deságua no grito de muitas vozes que, segundo a autora, lhe deram o respaldo e a força. O campo jurídico necessitava da argumentação sólida de Flauzina, segundo Rafael Santos Nunes, professor de Artes Cênicas e ativista do

EnegreSer, acrescentando que o livro "é uma radiografia do perigo que representa ser negro no Brasil".

No lançamento, foram vendidos cerca de 70 livros, mais da metade ainda na primeira hora. O êxito reflete sem dúvida a bem sucedida trajetória da autora, cuja reflexão e militância em defesa dos direitos da população negra se destacaram nos últimos anos. Em Brasília, a publicação pode ser encontrada na livraria Café com Letras, 203 Sul, e na livraria Cultura, Casa Park, ao preço de R\$ 28,00. (Mariângela Andrade.)



Abolicionismo transatlântico e conexões da diáspora

Idéias e experiências de outros países eram não só compartilhadas pelos escravos, como ganhavam novos conteúdos políticos

Flávio Gomes*

Eleições norte-americanas em 2008, a candidatura de Barack Obama pelo partido democrático, racismo nos EUA, debates (e ataques freqüentes da grande imprensa) sobre ações afirmativas no Brasil, visita de Condoleezza Rice e manifestação de ministros e intelectuais. Estas são referências recentes de diálogos e conexões antigas. Houve sempre acusação de mimetismo com relação aos Estados Unidos, no tocante às relações raciais no Brasil. Falavam que os “problemas” de lá eram muito diferentes. A polarização branco e negro norte-americano era inexistente num país miscigenado como o Brasil. Não havia “aqui” o ódio racial de lá. Muitos mesmo chegaram a teorizar. A velha síndrome do que eu chamaria de “daltonismo social”, para ver (e não querer enxergar) a complexidade das relações raça e classe na produção da exclusão social brasileira.

Na historiografia brasileira e na literatura sobre pensamento social, por muito tempo, vigorou o debate se a escravidão teria sido boa ou má, em consequência do suposto aspecto patriarcal e paternalista das relações entre senhores e escravos. A idéia da benignidade do sistema brasileiro encontraria nas obras de Gilberto Freyre sua melhor interpretação. O debate ganharia fôlego, estendendo-se aos estudos comparativos entre Brasil e Estados Unidos. Influenciados pelas análises de Freyre, Frank Tannembaum e depois Stanley Elkins tentaram explicar as origens das características “benévolas” da escravidão brasileira com relação àquelas

“malévolas” norte-americanas. As diferenças eram atribuídas aos sistemas sócio-econômico-culturais implantados: no Brasil vigoraria um pré-capitalista e católico, enquanto no Sul dos Estados Unidos adotou-se um sistema de economia capitalista e protestante.¹

Kim Butler, Michael Hanchard e Micol Sigel recentemente analisaram como havia faces de diálogos transnacionais, envolvendo perspectivas e expectativas de atuação política de negros, associações e jornais no período da pós-emancipação.² Idéias sobre identidades raciais, projetos e estratégias de ação circulavam ¾ interagindo e se modificando permanentemente – entre Brasil, EUA e alguns países do Caribe, posteriormente também do continente africano. Em seu depoimento, José Correia Leite abordou como entrou em contato com as idéias de Marcus Garvey, importante liderança negra norte-americana, já no final dos anos 1920. Tais idéias eram debatidas e mobilizavam intelectuais, jornalistas e ativistas no “meio negro”, especialmente em São Paulo. Criou-se uma seção denominada “Mundo Negro” n’*O Clarim d’Alvorada*, havendo um “grupo de garveyristas” entre os seus editores.

Uma outra conexão transnacional surgiu com o jornalista norte-americano Robert Abbot, do *Chicago Defender*, de 1923 até 1926. Aliás, o *Chicago Defender* ajudou muito a difundir internacionalmente a campanha para a construção do “monumento à Mãe Preta” em 1926, no Rio de Janeiro.³

Porém, as conexões e diálogos sobre a escravidão, pós-emancipação e relações raciais são bastante antigos. E não apenas metáforas ou invenções de símbolos contemporâneos. O fim da escravidão e os primeiros anos da emancipação em diversas partes das Américas foram acompanhados com interesse e apreensões em várias partes do mundo. Havia mesmo um periódico desde os anos de 1860, o *Anti-Slavery Reporter*, que fazia uma cobertura jornalística internacional destes acontecimentos.

Entusiasmado com os debates políticos – nos parlamentos e nas ruas – pela Abolição e a movimentação da “Sociedade Brasileira contra a Escravidão”, André Rebouças, em 1883 falava da criação de um fundo exclusivamente destinado à propaganda abolicionista com livros e panfletos. Propunha a tradução e a “edição popular” da *Autobiografia de Frederick Douglass*, vendendo-a bem barato e espalhando-a “por todo o Brasil”. Tratava-se da biografia de um ex-escravo e importante abolicionista e político negro norte-americano.⁴ Nos EUA nos anos 40 e 50 do século XIX, os abolicionistas norte-americanos já faziam propaganda contra o fim da escravidão e davam referência ao “paraíso racial” no Brasil. Ou seja, já havia uma imagem ideológica (muito anterior a Gilberto Freyre) de que a escravidão no Brasil era mais branda do que aquela norte-americana.⁵

Não só abolicionistas e letrados podiam entrar em contato com idéias transnacionais. Muitas alcan-

çavam escravos, senzalas e quilombos. Já em 1841, o Ministério da Justiça do Brasil recebia de Londres notícias assustadoras relativas a um “Club ou Sociedade dos Abolicionistas da Escravidão” que havia enviado dezenas de pretos forros jamaicanos, visando propagar idéias de rebelião junto aos escravos em Cuba. Temia-se a repetição de tal estratégia para o Brasil. A questão fundamental não era somente o acesso a tais informações, mas também como escravos faziam o uso político de notícias e rumores, visando os seus interesses.

Em fins de novembro de 1850, havia boatos de revoltas de cativos em São João da Barra. Na ocasião, as autoridades da Província do Rio de Janeiro andavam às voltas com a repressão ao tráfico negreiro ilegal. Segundo investigações posteriores, o Brigue *Escuna-Astro* tentava fazer um desembarque clandestino de africanos no litoral fluminense e “logo que o vapor deu fundo em São João da Barra, alguns escravos se evadiram das casas de seus senhores, declarando que vinham para bordo do mesmo vapor, por estarem livres, sendo-lhes dada a liberdade pelos ingleses”.

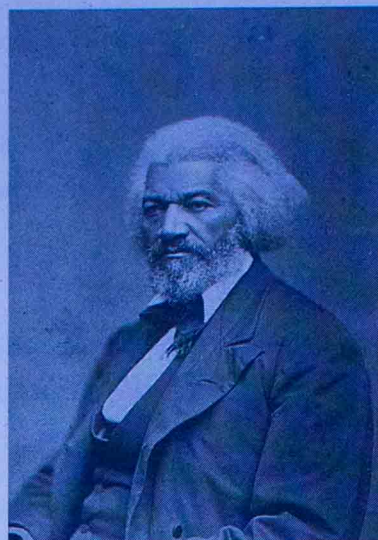
Em torno do desembarque clandestino de africanos e a repressão em Bananal, na província de São Paulo, comentava-se haver “escravos ladinos conhecedores do português”, sendo “tão inteligentes” que “estavam confundindo as coisas e achavam que tinham os mesmos direitos dos africanos novos”. Se escravos podiam ter conhecimento de fatos que ocorriam em outros

países, também faziam deles uma avaliação política própria. Idéias e experiências, além de compartilhadas, ganhavam novos conteúdos políticos.

Na segunda metade do século XIX, após toda a discussão sobre o fim do tráfico de escravos e as pressões da Inglaterra com a Questão Christie no início da década de 60, o Chefe de Polícia, percorrendo toda a Província Fluminense, informou ao Ministro da Justiça que não encontrara nenhum indício de manifestação "sediciosa" por parte dos escravos, porém, que na freguesia do Carmo "fez correccionalmente castigar a três escravos por terem dito publicamente em conversação com outros parceiros, que os ingleses tratavam de libertar a escravatura do Brasil, e que esta os devia ajudar em terra".

Na Província do Maranhão, em 1861, o Ministério do Império era informado sobre os rumores da constituição de "clubs de libertos" e de que os escravos na Vila Anajatuba haviam declarado que eram livres, pois existia naquele porto um "vapor de guerra" que os libertaria. Indagando a respeito desses acontecimentos, o Presidente daquela Província chama a atenção para o fato de que a origem daquelas "idéias" era a entrada no porto de São Luís de "dois vapores de guerra, um dos Estados Unidos da América do Norte e outro dos Estados que se querem constituir em confederação separada".

Os temores das autoridades na ocasião aumentaram, já que nos municípios próximos de Viana e Turiaçu sabia-se da movimentação de quilombolas. Enfim, escravos não ficaram impassíveis diante dos acontecimentos a sua volta e nem suas estratégias e decisões de enfrentamento precisaram inexoravelmente da lógica dos abolicionistas para adquirir uma dimensão política abrangente. Pelo contrário, cativos reinterpretaram diversos momentos de crise e turbulência entre senhores, políticos e autoridades, procurando tirar proveito das várias situações, segundo seus interesses. Não só articulavam e percebiam, mas fundamentalmente produziam idéias. Faziam delas aliadas e construíam alianças com outros setores e movimentos



Frederick Douglass

sociais. Talvez fosse o caso do misterioso Antônio Theodoro de Leal Mesquita. Envolvido em planos de insurreições escravas e abolicionistas nas lavouras paulistas nas últimas décadas da escravidão, tinha durante os anos 60 viajado por diversos países, morado nos EUA (na época da Reconstrução) e em países latinos.⁶

Na verdade, em termos de circulação de idéias, expectativas, narrativas, produção de cultura política tínhamos um "Atlântico negro" nos moldes propostos por Paul Gilroy — acadêmico inglês — para explicar a gestação da cultura negra na diáspora. Seriam formas geopolíticas e geoculturais, a partir das quais o Atlântico poderia ser



José do Patrocínio

tomado pelos historiadores culturais como uma unidade de análise complexa na perspectiva transnacional e intercultural. Como? Seria necessário re-articular solidariedade translocal, assim como processos trans e interculturais e contatos heteroculturais da formação e reprodução das culturas negras na diáspora. Podiam estar em vários locais ao mesmo tempo, compartilhar e construir diferenças e semelhanças.

O próprio conceito de diáspora deveria ser redimensionado à luz de parentescos sub e supra-nacionais. Neste caso, a formação das culturas na diáspora — uma trans-cultura negra — tanto marcariam o edifício



José Correia Leite

da euro-modernidade, como o transformaria. Seriam gestadas contra-culturas da modernidade. Sobram sofisticação e brilhantismo nas análises de Gilroy, porém num quadro demasiadamente anglófono. Ainda sabemos pouco das dimensões sul-sul destas conexões transatlânticas. Como nestes percursos e cruzamentos produzir-se-iam idéias em torno da "racialização" e também do anti-racismo, por exemplo. Conceitos de nação, raça e etnia viajavam, modificavam-se e redefiniam-se permanentemente. As culturas negras — posto que fruto de um compartilhar — teriam complexas afinidades translocais, sendo planetárias, mais fluídas e menos fixas.⁷ Gilroy oferece um interessante prefácio para a edição bra-

sileira de sua obra. Sinaliza com sugestões, questionamentos e desafios analíticos. Aponta para a possibilidade da recuperação das narrativas fundamentais deste Atlântico no contexto de uma história descentrada e não meramente de uma história nacional. O Brasil — não como uma nação única e imaginada, mas sim como um espaço translocal — sua produção e produtores intelectuais e os movimentos sociais teriam um importante papel na construção das culturas negras no interior da modernidade.

***Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.**

¹ Abdias do Nascimento. O Brasil na mira do Pan-africanismo. (2a ed. das obras: O genocídio do negro brasileiro e Situação em Lagos). Salvador. EdUFBA, 2002.

² Kim Butler. *Freedom's Given: Freedoms Won. Afro-Brazilians in Post-Abolition São Paulo and Salvador*. Rutgers University Press, 1998; Michael Hanchard. "Política transnacional negra, antiimperialismo e etnocentrismo para Pierre Bordieu e Loic Wacquant: exemplos de interpretação equivocada", *Estudos Afro-Asiáticos* (Rio de Janeiro, Ano 24, n. 1, 2002, p. 63-96 e Micol Siegel, Siegel, M. The Point of Comparison: transnational racial construction, Brazil and the U.S., 1918-1933. New York, New York University, 2001.

³ José Correia Leite em: "F disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos/José Correia Leite, organização e textos de Cuti. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1992. Ver também: George Reid Andrews. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru, Edusc, 1998.

⁴ Wlamyra R. de Albuquerque. A exaltação das diferenças; racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900), Campinas, Tese de Doutorado, IFCH, 2004.

⁵ Célia Maria Marinho de Azevedo. *Abolicionismo. Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*, São Paulo, AnnaBlume, 2003.

⁶ Maria Helena Machado. O plano e o pânico: movimentos sociais na década da Abolição. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, EDUSP, 1994, pp. 197-200.

⁷ Paul Gilroy. *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro, Editora 34, 2001.



Artivismo Negro* – Um espaço de transformação individual e coletiva.

Lia Maria**

Conheça Bety Morais, uma pernambucana, com residência em Brasília desde 1984, artista plástica. Mãe de três filhas – uma professora de educação física e duas advogadas, já é avó de João Vitor e Henrique. Bety Morais tem formação técnica em Artes pela UNIDF – Centro Universitário do Distrito Federal e está se graduando em Artes Plásticas pela Faculdade Dulcina de Morais. Bety expõe desde 1990 e seus trabalhos, feitos com terra argilosa, expressam seu profundo sentimento religioso e a busca pela afirmação cultural e política dos negros brasileiros.

Irohìn: Como você desenvolveu a técnica de trabalhar com a terra?

Betty Morais: Passei por todas as fases. Comecei com tinta óleo, fui para acrílica e quando cheguei à textura comecei minha busca por um material que tivesse a ver com o nosso povo, com o negro. Queria um material forte, que nos remetesse à questão da terra mesmo. Fiz minhas pesquisas e fui ao começo de tudo, quando se pintava nas cavernas com terra, com sangue e com resina. Até que tive a oportunidade de conhecer um artista senegalês. Ele não trabalhava com terra argilosa como eu, ele usava areia. Foi a minha inspiração e aderi a esse material que, além de tudo, é mais barato, acessível a todos. E a terra de que necessito, encontro aqui mesmo no DF.

Irohìn: Como você prepara o material de seus quadros?

Betty Morais: Há todo um processo de lavagem da areia, coloco fungicida e minha técnica é a de aplicação com cola e com resina. Para o acabamento é bom impermeabilizar com resina natural, ou então com cola branca e água. Tenho procurado repassar essa experiência em oficinas para adultos e crianças, nas comunidades, nas escolas e às vezes no meu atelier.

Irohìn: No seu trabalho existe a representação recorrente da negritude, mais há o espaço pungente da religiosidade. Você pode falar um pouco sobre isso?



Betty Morais:

Eu era conhecida como Bety Narciso, depois que parei de me pintar, de certa forma, comecei a pintar meu povo. O meu professor dizia que eu estava pintando a minha família. O que aconteceu foi que, no despertar e na procura, comecei a pesquisar cultura afro-brasileira e religião. Eu já pintava Orixá, mas não vivenciava. Fui recebendo o chamado e, quando me dei conta, já estava na casa de santo, estava lá todo o mês independente de ser de lá, mas já sendo.

Irohìn: Você se ligou a que terreiro?

Betty Morais: Ao Ilê Axé Baraleji – Casa de Tito de Omolu, falecido há dois meses. Minha casa está de luto. Esta casa é ligada ao Ilê Axé Opon Ofonjá de Salvador. Somos netos de Mãe Stela. E assim foi, fiquei dando aulas durante três anos, escutando histórias, me aproximando, e quando vi já estava lavando cabeça. Hoje sou Equede e tenho o cargo de Iamorô, cargo da senhora que faz o Padê, a senhora dos caminhos, a mãe de Exu. Assim eu me encontrei.

Irohìn: A partir desse encontro, o que mudou em seu trabalho?

Betty Morais: Meu trabalho ficou cada dia mais forte e, creio, mais pro-



fundo. A diferença me parece muito nítida: a felicidade, o sentimento, tudo é mais forte, mais verdadeiro, mais por inteiro.

Irohìn: Aqui no Distrito Federal, assim como em muitos estados brasileiros, vivenciamos a intolerância religiosa. Como é a aceitação do

seu trabalho?

Betty Morais: Quando a gente expõe só a figura do negro, independente da religiosidade, a aceitação é diferente. É maior. Quando você representa Orixá, a gente já nota uma resistência. E sobre isso eu queria aproveitar e convocar, através do **Irohìn**, os artistas plásticos do Distrito Federal para fazerem contato com Janete Borges, arte-educadora, artista plástica que está criando uma associação para agregar artistas negros. A proposta é a de fortalecimento mesmo, para que tenhamos mais peso para formar grupos de estudos, montar exposições e abrir caminhos, se firmar e se fazer respeitar. Unidos somos mais fortes! A gente conhece bem a dificuldade que os artistas negros enfrentam para fazer uma exposição. Não se vêem também curadores, agora é que a gente está pedindo muito ao professor Nelson Inocêncio para ser sempre curador. O

que mais se vê é artista branco e curador branco. Queremos organizar um grupo para termos mais força. O contato é: betymorais@yahoo.com.br

Irohìn: Você expõe desde 1990, tem diversos trabalhos desenvolvidos em cartazes, panfletos, revistas e exposições, mas eu gostaria de destacar dois trabalhos recentes sobre justiça: "Modos de ver", que você apresentou em Maio de 2007 na Exposição Artivismo Negro, de Curadoria de Nelson Olokofá Inocêncio, uma resposta de Artistas do DF ao atentado sofrido por estudantes africanos na UnB e outro trabalho é "Obá" com a balança em equilíbrio que acabo de ver. Fale um pouco sobre eles?

Betty Morais: "Modos de ver" foi uma instalação na qual abordei como a sociedade trata a população negra. Coloquei o protesto, faço uma reflexão sobre os territórios delimitados. Fiz o mapa do Brasil repleto de cabeças envolvidas em jornal e vendadas. Coloquei faixas que caíam do teto dizendo o que o povo negro quer: moradia, terra, educação, saúde. Das faixas saíam umas manchas vermelhas representando o sangue, expressando as agressões que sofremos. Essas cabeças vendadas, a sociedade coberta por jornais representam que a sociedade sabe tudo, tem acesso a tudo, mas ela finge que não vê nada, e não vê nada, está de olhos vendados! Esta é a reflexão.

Já a "Obá" é um trabalho para ilustrar o cartaz do evento "Seminário dos 120 anos da abolição", promovido pela Associação de Advogados Negros e a Câmara dos Deputados. A Justiça é representada por uma mulher negra. Uma mulher, com toda nossa centralidade, representando Oba. Creio que fiz justiça.

Irohìn: Você se considera uma artista-política?

Betty Morais: Sim, sempre.

* **Artivismo Negro** – Trabalhos realizados por artistas plásticos negros que fazem a reflexão da arte enquanto um meio de ativismo político.

** **Ativista do EnegreSer (DF)** e graduada em Artes Plásticas (UnB).

Fotos: Daniel Cardoso

25

ENTREVISTA

Irohìn

- Comunicação a serviço dos Afro-brasileiros

Contrato social e dominação: o racismo e o sexismo no centro do debate acadêmico

Homens brancos são tomados (tomam-se como) o padrão e a norma; deixam-se assim de fora todas as mulheres, todos os homens que não se identifiquem como heterossexuais, e tod@s não-branc@s.

Roseli Fischmann*



O debate entrelaçando gênero e raça tem uma tradição no Brasil de mais de duas décadas, advinda em especial da presença de mulheres negras na história dos movimentos de mulheres e, concomitantemente, nos movimentos negros. Em que pesem os importantes avanços havidos no campo social em decorrência dessa abordagem que questiona ao mesmo tempo dois temas cruciais, o meio acadêmico não tem seguido o mesmo ritmo.

Enquanto as mulheres negras têm participação destacada em debates nacionais e internacionais, a abertura do meio acadêmico tem sido lenta e tímida no que se refere ao reconhecimento das especificidades das complexas e urgentes questões que estão presentes quando se unem dois temas em geral tratados de forma independente.

É certo que há periódicos científicos em que se encontra a literatura de excelente qualidade que vem sendo produzida nessas décadas por nomes como Sueli Carneiro, Fátima Oliveira, Luiza Bairos, Diva Moreira, Jurema Werneck, Wania Sant'Anna, para citar apenas alguns dos mais destacados nomes. Em outros, porém, ocorrem sistematicamente práticas de invisibilização como se fossem o único caminho, repetindo na literatura acadêmica o mecanismo de exclusão que marca o racismo, em particular, e o sexismo, em nosso país.

É por isso que o recém-lançado livro *Contract & Domination* ("Contrato e Dominação"), pela edi-

tora Polity, em Cambridge, Reino Unido, é tão urgente para nós. Trata-se de obra que reúne a professora Carole Pateman e o professor Charles W. Mills. A obra individual dessa autora e a desse autor já formam em si material a pedir estudo e reflexão e ao qual ainda pouco têm se dedicado pessoas do Brasil. De fato, em 2008 completa vinte anos o livro da doutora Carole Pateman que abriu a tradição do questionamento do contrato social como classicamente definido, ao denunciar a ausência da questão sexual ali; e em 2007 completou dez anos o livro do professor Charles W. Mills, "The Racial Contract", o qual, tomando Pateman como inspiração, propõe semelhante questionamento, porém denunciando a ausência do tema racial no mesmo contrato social clássico.

O particular interesse da presente obra "Contrato e Dominação" reside no fato de ser a primeira publicação que Pateman e Mills fazem em conjunto, como um diálogo rico e instigante composto de artigos assinados individualmente, intercalados, e registro de debates entre autor e autora. Mas, quem são esses autores ainda distantes do público brasileiro? O professor Charles W. Mills é filósofo, sendo atualmente professor da prestigiosa Northwestern University, ocupando a "Cátedra John Evans", como Professor Titular de Filosofia Moral e Intelectual. Nascido na Jamaica, filho de acadêmico, esse afro-caribenho-americano fez seus estu-

dos em Kingston, como no Canadá e nos Estados Unidos, cedo se definindo pela área da Filosofia. Seu já citado livro "Contrato Racial" tem trazido debates apaixonados, tanto contra como a favor de sua tese.

No livro que aqui é tratado, "Contrato e Dominação", o professor Mills dedica um dos capítulos a dialogar e responder algumas das críticas mais contundentes que recebeu, referentes a seu primeiro livro, assim celebrando o primeiro profícuo decênio da obra. Já a professora Carole Pateman obteve seu título em uma escola de educação superior para adultos, uma classificação que ocorre nos Estados Unidos onde o acesso ao ensino universitário aos jovens é tão aberto, que há uma categoria especial de estudos para os que buscam esse nível de ensino em faixa etária mais elevada (como se fosse uma "educação de adultos de nível superior").

A propósito, logo no início do livro a professora Pateman faz uma observação sobre os preconceitos e mal-entendidos com relação à origem de cada qual, que ocorreriam a um primeiro olhar dirigido à dupla. Comenta que a expectativa seria a de que a professora branca tivesse cursado uma universidade de primeira linha e que viesse de uma família com recursos; e que o professor negro viesse de uma família pobre e que tivesse tido estudo precário. Ao contrário, o pai de Mills foi professor, formado pela London School of Economics e por Harvard, sendo diretor da Faculdade de Ci-

ências Sociais na University of West Indies, Jamaica. Pateman, ao contrário, abriu seu caminho acadêmico a partir de uma vida difícil, obtendo tardiamente (em particular para os padrões norte-americanos) a graduação.

Iniciando assim, o primeiro diálogo apresentado no livro traz a rota da descoberta trilhada por uma e outro, para chegarem à crítica do contrato social – tão enraizado, de forma poderosa, e por isso influente, na ciência política, com consequências graves para a vida de populações inteiras, no mundo. O eixo da análise na questão do contrato sexual e do contrato racial é como a ausência desses temas no contrato social clássico indica um particular tipo de contrato tácito que se fez há muito tempo, no qual homens brancos são tomados (tomam-se como) o padrão e a norma; deixam-se assim de fora todos e todas demais – todas as mulheres, todos os homens que não se identifiquem como heterossexuais, e tod@s não-branc@s.

Ao buscar traçar a intersecção do contrato sexual (cuja origem estaria nos tempos pré-modernos) com o contrato racial (cuja origem estaria na modernidade), Mills indica que o sistema de dominação que exclui a dimensão sexual, para Pateman, é o patriarcado, enquanto para ele, o sistema que exclui a dimensão racial é a supremacia branca. A partir desses marcos, apresenta uma série de diagramas que compõem os dois contratos, para explicar quem é contratante e

quem é não-contratante na sociedade atual, embora conceitualmente vigore um contrato social tácito que teoricamente seria referente a todos e todas, teoricamente participando igualmente como contratantes.

Sua análise d@s não-contratantes – que, contudo, sofrem os efeitos desse contrato parcial e unilateral que se toma como abrangente e justo –, então, auxilia a demonstrar, com rigor filosófico, que ao invés de um contrato abrangente, o que existe é um contrato sexual e racial que estabelece graus de “pessoalidade”, de quanto são considerados como pessoas, diferentes seres humanos no contexto da sociedade. Assim, teríamos a seguinte relação:

Pessoa (contratante) – homens brancos

Subpessoa (subcontratante) – mulheres brancas

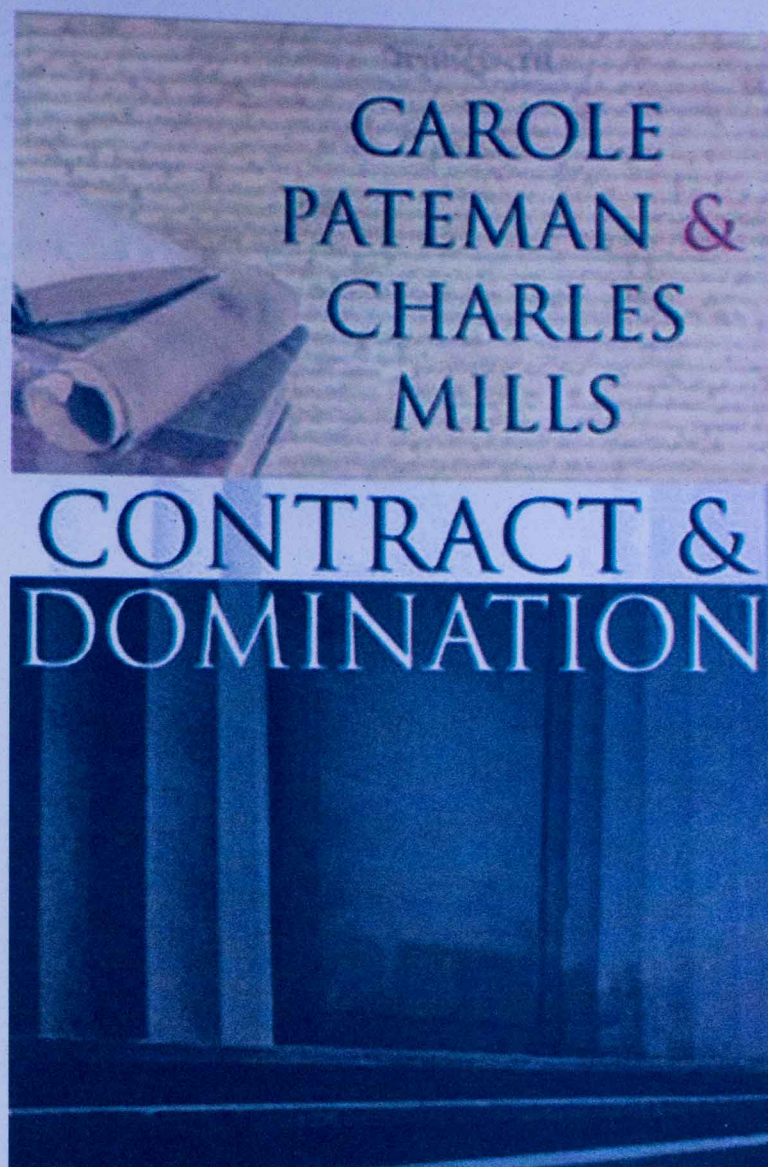
Subpessoa (subcontratante) – homens não-brancos

Não-pessoa (não-contratante) – mulheres não-brancas

Em um losango, tendo no topo da linha vertical os homens brancos, Mills identifica a linha de corte diagonal de gênero, composta com o eixo horizontal, de raça, para situar no extremo inferior do eixo vertical as mulheres não-brancas.

Com precisão Mills indica que a concordância tácita com o contrato racial, tanto dos que detêm o privilégio de ser considerados inteiramente como pessoas, geração após geração, como por parte dos subcontratantes (que teriam mais recursos para questionar o contrato), pode dar-se de forma sutil. Pode ser, assim, um leve sentimento de direito ou de prerrogativa sobre as demais pessoas – ou, mais corretamente como tem se estabelecido na prática da sociedade, não-pessoas. Ou seja, o que Mills coloca em jogo é a própria noção de justiça, porque os que são contratantes ou subcontratantes veriam sua posição em qualquer disputa como sendo a de quem tem uma “vantagem competitiva”, por incluir-se no contrato, tal como se apresenta.

É por isso que Mills propõe o relevante papel que está destinado à prática filosófica das “mulheres de cor”, como denomina. Ou seja, a



perspectiva das que são consideradas na prática social como “não-pessoas” pode iluminar aspectos desconhecidos de quem está na posição de contratante ou subcontratante. Também indica que há um caminho a ser trilhado na busca por reparação com relação aos povos indígenas, tomados de antemão, já no início da relação com os colonizadores, como “não-iguais” e, portanto, não signatários do contrato vigente.

Sua análise ajuda a compreender um dos aspectos da força com que vem se desenvolvendo a candidatura de Barack Obama à presidência dos Estados Unidos, exatamente por entrelaçar tantos e tantas subcontratantes e não-contratantes em torno de um homem negro, trazendo o apelo por mudança, na qual se pode acreditar (como diz seu lema). É particularmente interessan-

te a busca de alguns críticos, ao tentar medir o grau de negritude que o senador Obama teria, em um país onde foi estabelecido oficialmente que uma gota de sangue negro faz uma pessoa ser negra. Esse esforço tem um quê de desqualificação, por um lado, e por outro um olhar cobiçoso lançado ao homem subcontratante, “subpessoa” nessa visão, que chega a comover e mover o eleitorado norte-americano e a opinião mundial.

É do mesmo tipo o infeliz comentário da senadora Hillary Clinton, já sobejamente criticado, menosprezando o papel histórico do Dr. Martin Luther King e atribuindo relevo a Lyndon Johnson, que registrou no “contrato”; na análise a partir do contrato racial, fica claro que a consideração da candidata é dirigida ao contratante, menospre-

zando (uma vez mais) as conquistas do homem negro, subcontratante, e apagando a presença da não-contratante Rosa Parks, para citar um exemplo. Mas muito ainda haverá a se trabalhar nesse tema, nos próximos tempos.

O trabalho filosófico de Charles Mills, nesses dez anos de existência do livro “O Contrato Racial”, tem analisado Hobbes, Locke, Rousseau, Kant e Rawls (cuja obra, tomada por base e aclamada por muitos que debatem o tema da equidade, seria marcada por um silêncio significativo sobre o tema racial, aponta Mills). Tem méritos diversos e notáveis para todos os que queiram se dedicar ao estudo e à reflexão sistemática da questão do racismo e do sexismo. Um desses méritos é demonstrar o poder do estudo sistemático para combater conceitos e teorias entranhadas nas mentalidades, já tomadas como “normais” e por isso de tão difícil desnaturalização.

Ao clamar pela presença no debate de todas as não-contratantes, abre a urgência de atenção especial às mulheres não-brancas, de maneira geral, e em particular a todas que desejam estudar e desenvolver-se como possíveis postulantes e elaboradoras de novos contratos, que a todos contemple como pessoas, efetivamente livres e iguais, como proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos – e por isso este artigo abre com a menção ao relevante trabalho intelectual e político de mulheres negras brasileiras.

As obras do professor Charles Mills pedem urgente tradução, e essa obra mais recente pode ser um bom início, para que suas relevantes análises, junto com as de Carole Pateman, possam se tornar acessíveis para tod@s. Aliás, a temática do que se traduz ou não se traduz no Brasil é indicativo de escolhas editoriais; é onde se demonstra o quanto ainda se restringe – pela barreira da língua estrangeira – o acesso a obras que permitem compreender os complexos mecanismos do racismo. Vejamos desta vez como será.

**Doutora e livre-docente pela USP, é coordenadora da área Filosofia e Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da USP.*



Um outro mundo é possível

O pensamento de Milton Santos devolve-nos a esperança na construção de um mundo mais humano e serve de antídoto à crueza dos tempos atuais e à descrença nos valores de uma história verdadeiramente humana

Péricles Cunha*

Nestes tempos cruéis em que vivemos, quando vemos os valores humanos tradicionais sendo desconsiderados ou invertidos, as instituições sendo arrastadas à podridão moral e ética, a representação política desacreditada por gangues de malfeitores que nela se instalaram, os políticos se assemelhando a assaltantes, apropriando-se dos dinheiros públicos e usando os mandatos para subtrair-se à aplicação do código criminal, atingindo até mesmo as universidades, onde quadrilhas se instalaram nos departamentos, gerindo-os como um mau executivo de equivocada empresa privada (que não tiveram a competência de criá-las no espaço apropriado das cidades), e a reitoria, destituída de sua magnificência pelo afastamento de seus valores, espelhando-se nos políticos, pratica os mesmos crimes, furcando-se à aplicação das leis, e cnicamente defendendo a naturalidade de seus malfeitos. Na esfera privada, refletindo as elites pais encarceram ou assassinam filhos, por ciúmes ou por qualquer outro motivo fútil, filhos assassinam pais, por cobiça financeira ou outra banalidade qualquer. Enfim, nestes tempos em que, por uma política globalmente radical de redução a um 'pensamento único', da complexidade - as naturais e necessárias multiplicidade e diversidade - assistimos à tentativa de, pela exclusão do(s) contrário(s), se engessar a história e finalizar (ou será 'deletar') o 'homem'. Tudo isto vem desabando sobre nós, tornando-nos, conseqüentemente, descrentes

quanto à possibilidade da existência de qualquer futuro.

Foi neste exato momento que, por uma dádiva fraterna de um dos meus irmãos (sim, ainda existem irmãos fraternos), me chegou às mãos um livro¹ de um dos mais notáveis intelectuais brasileiros de nosso tempo (sim, eles ainda existem, embora devam ser procurados com lupas). Trata-se de uma coletânea de artigos do geógrafo Milton Santos (1926-2001), sanfranciscano (de Brotas de Macaúbas), como Assis Valente, Darcy Ribeiro, João Gilberto, Adélia Prado, para citar só os que me vieram de imediato à memória. O Professor Milton Santos teve a sua formação básica na Bahia (bacharel em Direito, 1948) e obteve o título de Doutor em Geografia em Estrasburgo, França (1958), de onde retornou à Bahia para dar aulas na Universidade Católica e na UFBa. Da Bahia, saiu para ganhar o mundo, tendo sido professor em várias universidades européias, americanas do Norte e do Sul e africanas. Recebeu o título de Doutor Honoris Causa das Universidades de Toulouse (1980), Buenos Aires (1992) e Barcelona (1996) e foi Professor Emérito da USP-FFLCH (1997), tendo conquistado ainda, em 1994, o maior prêmio internacional de Geografia, o *Vautrin Lud*,

considerado o 'Nobel' de Geografia. Ao retornar ao Brasil deu aulas na USP, UFRJ e de novo na UFBa. Como cidadão do Mundo, no entanto, jamais perdeu a consciência de pertencer a um território e a uma história particulares, o patamar de onde descortinava o Mundo. Este livro, apesar de seu diagnóstico cruel, mas lúcido, da realidade brasileira, nos reacende a esperança no homem e, nos devolvendo a crença na construção humana de um futuro, faz renascer o interesse pela política como 'o exercício de uma ação ou defesa de uma idéia destinada a mudar o curso da história' (p.105). Destaca-se, neste livro, que é uma leitura do mundo atual marcada por



dicotomias (na verdade, o jogo de tese/antítese que faz caminhar o seu pensamento), a sua capacidade de, perscrutando o presente, um perverso presente, delinear com uma clareza ofuscante as grandes linhas do futuro, a possibilidade de um amanhã virtuoso. A sua serena lucidez, certa e fulminante no equacionamento dos problemas, na identificação dos atores e cenários ('situações') em que se dá o embate contemporâneo da humanidade, na explicitação do que, de fato, importa, é que vai lhe possibilitar antecipar o futuro.

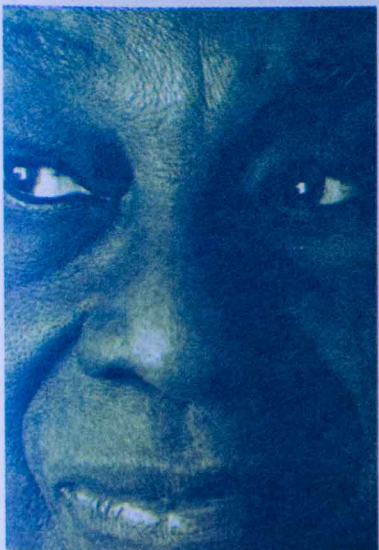
Dono da língua, como hoje raramente se vê, sobretudo nos alunos da Universidade, mesmo aqueles ditos 'das Letras', o seu texto nos permite ainda a fruição estética: a simplicidade aparente de sua escrita traduz uma elaboração rebuscada, escondida no seu estilo limpo e enxuto.

Os textos reunidos são artigos publicados na Folha de S. Paulo nos anos 80 e 90 do século passado e nos dois primeiros anos deste novo século XXI.² O livro é aberto com uma apresentação de Wagner Costa Ribeiro, Professor da USP (*'Milton Santos: do território à cidadania'*), e fecha com um ensaio de Carlos Walter Porto Gonçalves, professor da Universidade Federal Fluminense (*'Milton Santos: ciência, ética e responsabilidade social'*), este último, uma ótima introdução ao seu pensamento. Dividido em três partes: 1. **O país distorcido**, 2. **Por uma globalização mais humana** e 3. **Os deficientes cívicos**, todos, títulos de artigos aí incluídos, e contendo em apêndice, uma bibliografia de livros, artigos e entrevistas recentes do autor,³ o livro aborda vários sub-temas, centrados nos três temas do subtítulo. Na **Parte 1**, encontramos textos referentes a intervenções nos debates por ocasião da Constituinte, a críticas ao modelo de inserção do país ao mundo globalizado, a sua visão da Universidade, e da importância da pesquisa científica e tecnológica, o papel do intelectual, a necessidade da preservação da memória nacional e a questão da indústria cultural. Na **Parte 2**, os textos abordam a situa-



ção da África nos anos 80, o caráter estrutural (e não mais conjuntural) das crises no mundo globalizado, a incompletude da redemocratização na América Latina (a partir do caso da Venezuela), a cidadania, o papel do Estado e do 'território'. Na **Parte 3**, explorando o tema da desigualdade, trata das cidades e da cidadania, do recomeço da história, do papel da imprensa, da questão dos preconceitos, do que significa ser negro no Brasil, do uso político das estatísticas e faz a defesa da lentidão, diante da velocidade imposta pelos tempos atuais.

Impossibilitado de fazer aqui uma leitura exaustiva dos artigos, até mesmo pela limitação do espaço, vou traçar em linhas gerais o percurso de seu pensamento em relação a um ou dois temas, partindo de seu diagnóstico da globalização até as alternativas que a ela se pode contrapor.



A globalização é vista pelo autor como o resultado de um longo processo de internacionalização, empreendido inicialmente pelos países europeus e, mais recentemente, a eles se juntando os EUA. Milton Santos situa o início desse processo no Mercantilismo dos séc's. XVII e XVIII, a sua expansão, com a industrialização do séc. XIX, e a sua intensificação e ampliação nos últimos tempos, quando adquire novas feições: o mundo inteiro passa a se envolver em todo tipo de troca (técnica, comercial, financeira, cultural...), abrindo, com isso, um novo período na história da humanidade. O desenvolvimento científico, diz ele, conduzindo o progresso técnico voltado para a produção, faz com que o planeta seja dominado por um único sistema técnico, 'indispensável à produção, ao intercâmbio, e fundamento do consumo' (p.79). E continua: com a instantaneidade das trocas informacionais, a produção e a informação se tornam globalizadas, fazendo emergir um lucro em escala mundial que, acionado pelas firmas globais (as 'multinacionais'), passa a ser o verdadeiro motor da atividade econômica. A concorrência entre os principais agentes econômicos se acirra (a 'competitividade'). Os *lugares* (*locus da multidimensionalidade da vida, da convivência do diverso*) tendem a ser globais: 'o que acontece em cada um deles tem relação com o que acontece a todos os demais' (p.79). Isso redundará na ilusão de vivermos num mundo sem fronteiras (a 'aldeia global'). Mas (aqui incide a sua crítica fundamental à globalização), por um lado, 'essas relações globais estão restritas a um número muito reduzido de agentes: a grandes bancos e empresas transnacionais, alguns Estados, as grandes organizações internacionais' (p. 80), e por outro, mais desigualdades são produzidas: crescem o desemprego, a pobreza, a fome, a insegurança, a difusão das drogas, as doenças, as epidemias dos 3º. e 4º. mundos. Com isso, fragmenta-se o mundo, que parece 'girar sem destino', ampliam-se as fraturas sociais, e as possibilidades oferecidas pelas conquistas científicas e técnicas, que deveriam estar a serviço da humanidade, não estão sendo adequadamente usadas

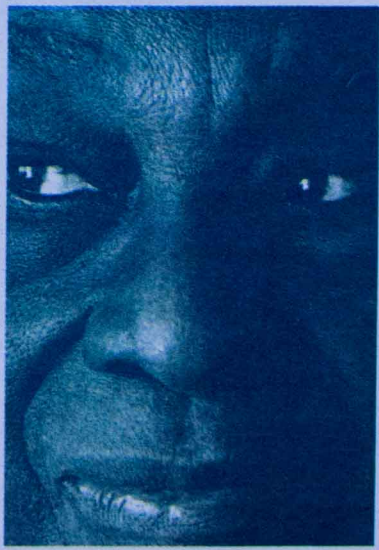
em seu benefício, decorrendo daí o caráter perverso desta globalização.

Haveria alguma alternativa a isto? Sim, diz o Mestre. E é aí que o seu pensamento, alcançando a utopia, abre as perspectivas que nos ajudam a viver. É possível, sim, um mundo solidário, que produza mais alimentos, mais empregos, mais mão-de-obra, que reduza as doenças e a mortalidade, que amplie um intercâmbio pacífico (sem a '*beliculosidade da competitividade*'), um mundo de bem estar, onde os homens serão felizes, enfim, um outro tipo de globalização. E por que isso é hoje possível? Acompanhe-mos o seu raciocínio. Já que a existência de uma técnica e de uma política planetárias '*autorizam uma leitura geral, específica, filosófica e prática de cada ponto da terra*' e a emergência de uma '*universalidade empírica*' contribui para a formulação de idéias que nos esclareçam o que são atualmente o mundo e os lugares. (p. 153), pode-se então dizer que um novo mundo é criado como uma '*realidade histórica unitária, [planetária], ainda que extremamente diversificada*'. Assim, os traços comuns da constituição técnica desse mundo e a existência do lucro em escala mundial como o único motor das ações hegemônicas, vai nos permitir datá-lo também de forma única: um salto de qualidade se produz nesse momento. Esses dados associados à generalização da informação é o que vão assegurar a comunhão de cada lugar com todos os outros. Para alguns, essas características são apenas novas faces do surrado 'imperialismo'; para outros indicam apenas o 'fim da história'; para o nosso Mestre, ao contrário, trata-se do seu verdadeiro início, o início de uma história verdadeiramente humana, história da humanidade como um todo, e não apenas de lugares regiões, países, quando muito, continentes (impérios). Não mais '*a visão pretenciosa de um país ou continente sobre os outros, considerados bárbaros ou irrelevantes*' (p. 154), co-incidindo, assim, a produção dessa história universal é a relativa liberação do homem em relação à natureza, a tão esperada superação do reino da necessidade. Além disso, 'os materiais responsáveis pelas realizações preponderantes são cada vez mais



objetos materiais manufaturados, e não mais matérias primas naturais'. Isto faz com que esta era possa ser chamada de '*era da inteligência*'. Uma era em que o homem '*fabrica a natureza ou lhe atribui valor e sentido por meio de suas ações já realizadas, em curso ou meramente imaginadas*' (p. 154). Entretanto, a mesma materialidade que permite criar um mundo '*confuso e perverso*' vai permitir a construção de um mundo mais humano. Para isso, afirma, bastaria que se completassem as duas grandes mutações em curso na espécie humana: a '*mutação tecnológica*' (a emergência das técnicas da informação) e a '*mutação filosófica*' (a atribuição de um novo sentido à existência de cada pessoa e também do planeta).

Na era que vivemos, prossegue, o homem descobre novas forças, na mesma medida em que o meioambiente se torna menos aleatório, já



que cada vez menos natural, a previsibilidade e a eficácia das ações aumentam, as escolhas se ampliam e se diversificam ao se combinar adequadamente a técnica é a política, enfim, o mundo se aproxima de cada homem, que passa a ter a certeza e a consciência de ser mundo, de estar no mundo. Por outro lado, grandes migrações tornam as cidades uma 'humanidade misturada', como se o mundo aí se instalasse, colaborando, pelo entrelaço de idéias e costumes (pela 'práxis coletiva'), para uma renovação contínua da produção do entendimento e da crítica da existência. São pois essas *ricas dialéticas da vida nos lugares* que vão permitir a proposição e o exercício de uma nova política. Desse modo, 'a história do homem sobre a terra dispõe afinal das condições objetivas, materiais e espirituais, para superar o endeusamento do dinheiro e dos objetos técnicos e enfrentar o começo de uma

nova trajetória.' (p.155).

Haveria muito mais a dizer sobre 'O país distorcido', e sobre o autor, tais como a sua posição diante do problema racial brasileiro, as suas distinções entre *causa* e *contexto*, entre *informação* e *comunicação*, os seus conceitos de *espaço geográfico* e *território*, *cidadania*, *formação sócio-espacial*, *verticalidades* e *horizontalidades*, *estrutura*, *processo*, *forma* e *função*, a sua metáfora das *rugosidades*, a sua sugestão de um programa de governo para as cidades brasileiras, e muito mais, inclusive sobre o seu interessante conceito de "olhar distorcido", que explica e esclarece o seu *lugar de ver*⁴, o que não caberia neste espaço. Portanto, as considerações aqui esboçadas me fazem recomendar vivamente a leitura desse livro, que é uma porta aberta para a sua obra, além de, creio eu, provocar no leitor, como fez em mim,

a restauração de suas forças. Traçando de volta a fé na ação política do animal humano, esse livro faz renascer as esperanças, reinstalando o futuro em seus devidos lugares: lá, como o objetivo final a ser alcançado, onde ele nos aguarda na dependência de nossas ações anteriores; e cá, como sonhos, desejos, intenções e emoções, os criadores, catalisadores e mobilizadores das ações presentes que, só elas e na qualidade delas, nos conduziram aos estados desejados.

Para finalizar, deixemos a palavra com o Mestre: '...a globalização atual não é irreversível. Agora que estamos descobrindo o sentido de nossa presença no planeta, pode-se dizer que uma história universal verdadeiramente humana, finalmente, está começando.' (p. 156).⁵

**Mestre em Linguística (Unicamp). Pesquisador independente.*

¹ SANTOS, Milton. (2001) O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania. Org. Apres. e notas de Wagner Costa Ribeiro; ensaio de Carlos Walter Porto Gonçalves. São Paulo: Publifolha

² o autor faleceu em 24 de junho de 2001, escrevendo e publicando até as vésperas de sua morte.

³ Senti falta das referências bibliográficas na Apresentação e no ensaio final.

⁴ Cf. o conceito de 'redução sociológica' de Guerreiro Ramos.

⁵ A construção deste textos e baseou principalmente em dois artigos do Prof. Milton Santos 'Por uma globalização mais humana' e 'A reconstrução da história'. As informações sobre o autor e a sua obra foram extraídas à 'Apresentação' do Prof. Wagner Costa Ribeiro e ao ensaio final do Prof. Carlos Walter Pinto Gonçalves.



Palavras começadas com g e r

História de como o genocídio foi nomeado, tipificado penalmente, e mais perpetrado que combatido, julgado e punido, chamou a atenção de Barack Obama, e lembra padrões da "desconversa" branca sobre o racismo no Brasil

Lunde Braghini*

No dia 7 de março, o nome de Samantha Power foi referido várias vezes no noticiário brasileiro, seja como "assessora de Obama para a política externa", "alta conselheira em assuntos externos" ou sua "principal assessora para assuntos internacionais". Naquele momento, ela se afastava da equipe de Barack Obama, depois de gerar um incidente na campanha que o senador negro empreende para ser indicado candidato democrata à presidência dos Estados Unidos.

Ao se referir à Hillary Clinton, numa entrevista a um jornal escocês, em passagem por Londres, Power teria dito ao jornalista: "Ela é um monstro – isso em *off* –, concor-

da com qualquer coisa". O *Scotsman* disse não ter considerado que o *off* (pedido para não se registrar e não se publicar aquilo que se fala) se justificasse e catapultou a frase para a manchete – isso cinco dias após a declaração, é verdade.

Há menos de um mês, no dia 13 de fevereiro, Samantha Power tinha sido assunto do jornalista Elio Gaspari, no jornal *O Globo*. Em sua coluna, o jornalista a tratava elogiosamente como uma "uma novidade com Obama". Em Londres, Power divulgava sua biografia do diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello, morto em Bagdá.

Correspondente – Nascida em 1970, na Irlanda, radicada nos EUA

desde 1979, Samantha Power formou-se em direito pela Universidade de Harvard. Em 2003, ganhou o Prêmio Pulitzer, a mais cobiçada distinção do jornalismo norte-americano, com o livro *A problem from hell: America and the age of genocide* [Um problema do inferno: a América e a era do genocídio], publicado em 2004, no Brasil, como *Genocídio: a retórica americana em questão*.

A mudança no título, na versão brasileira, não é infeliz. Nascida da experiência pessoal da autora, que, aos 23 anos, foi trabalhar como correspondente de Guerra nos Bálcãs, a obra tem a ver com a imensa distância entre o escrito, o dito e o feito (e, principalmente, o não fei-

to), quando o assunto é a ação contra o genocídio.

Quando deixou a Bósnia, Power estava convencida de que as forças internacionais – em especial, os EUA – poderiam ter feito muito mais do que fizeram, para impedir o genocídio dos muçulmanos bósnios. Ela própria sentia que se tivesse sido mais incisiva numa conversa telefônica com seu editor – mesmo correndo o risco de fazer seu jornal publicar uma "barriga", uma notícia inverídica –, poderia ter salvado vidas, com uma matéria que fizesse soar o alarme sobre o iminente ataque sérvio à área de segurança da ONU, em Srebrenica.

Genocídio, sob esse aspecto, tem

um quê de livro "redentor" ou "vingador", à maneira de *Os Sertões*, nascido também do mal-estar gerado num repórter inexperiente, como então Euclides da Cunha, na cobertura da chamada "guerra" de Canudos.

Ao analisar o posicionamento e a ação do governo dos Estados Unidos diante do genocídio armênio (1915-16), perpetrado pelos turcos; do holocausto dos judeus, na Segunda Guerra (1939-1945); do Khmer Vermelho, no Camboja (1975-1979) – no dia 30 de março, vale lembrar, morreu Dith Pran, o fotógrafo cambojano cuja história inspirou o filme *Gritos do Silêncio*, de Roland Jaffé –; do massacre dos curdos no Iraque (1987-1988); dos muçulmanos na Bósnia (1992-1995); e dos tutsis e hutus moderados, em Ruanda (1994), Power se depara menos com ação que com disposição de não agir.

Em cada caso, Samantha Power pôs-se a investigar os sinais de alerta dados, o momento do reconhecimento do fato em curso, as respostas dadas para coibi-lo e o desfecho. Com foco nesses passos, consegue mostrar que, sim, (1) as pessoas sabiam o que se passava; (2) que muitas vezes souberam, mas não se importaram; e que (3), sabendo ou não, acharam que nada havia a fazer com proveito.

No momento da ação, repetidamente Power flagra os agentes "inativos" – por assim dizer –, aferrados a um "pensamento positivo", na esperança de que o pior não venha a acontecer, e a alegar que intervir seria fútil, perverso ou perigoso.

Inação – "Nenhum presidente americano fez da prevenção do genocídio uma prioridade", ela descobriu. Mas "nenhum presidente americano jamais sofreu politicamente por sua indiferença à ocorrência do genocídio", também constatou.

A grande contribuição do livro não está em dizer que isso aconteceu, mas em mostrar como aconteceu.

Ao fazê-lo, Samantha Power produziu uma obra de que se pode aproximar por várias vias. O livro interessa aos politólogos e aos cientistas políticos, ao ir fundo nos mecanismos de tomada de decisão, incluindo o forte papel dos grupos de pressão. Psicólogos sociais podem tentar explicar os mecanismos de "propensão para a incredulidade" ou

de "atribuição de culpa coletiva".

Quem é de direito, defronta-se com todo o processo de elaboração e aplicação de um emergente direito penal internacional. Para os historiadores – além da própria narrativa de reconstituição dos genocídios –, abundam números, sobre "contas" polêmicas, exageradas ou subestimadas. Os internacionalistas – estudiosos de relações internacionais –, encontram multilateralismo, bilateralismo, guerra fria, formação do sistema ONU, e o foco no dilema entre soberania nacional e intervenção internacional.

Quem é de letras, descobre um herói, na figura de um jurista multilíngüe, estudioso de filologia. Raphael Lemkin, hoje um desconhecido, foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz em 1950, 51, 52, 55, 56, 58 e 59, ano de sua morte, aos 58 anos. Em 1944, cunhou a palavra genocídio e publicou um livro pioneiro, *Axis Rule in Occupied Europe: Laws of Occupation, Analysis of Government, Proposals for Redress* [O Domínio do Eixo na Europa Ocupada: Leis de Ocupação, Análise da Administração, Propostas para Reparação].

Grande batalhador para a aprovação da Convenção contra o Genocídio, a narrativa sobre a atividade de lobista de Lemkin é um dos pontos altos do livro. Em 1921, Lemkin acompanhara o noticiário sobre o assassinato, numa rua alemã, de Talaat Pasha, um dos "Jovens Turcos", e a rumorosa absolvição do armênio Soghomon Tehlirian, "por insanidade". Quando situação parecida se repetiu alguns anos depois – um alfaiate que perdera o país num pogrom mataria a tiros o Ministro da Guerra da Ucrânia, em Paris –, Lemkin descreveu o gesto como um "belo crime" – expressão à Luiz Gama! –, a deplorar "a ausência de uma lei proibindo a destruição de grupos nacionais, raciais e religiosos".

Concessões – Recentemente retomada na abordagem de Ana



Foto: Marinha Stewart

Luíza Pinheiro Flauzina sobre o projeto genocida do sistema penal brasileiro, a noção de genocídio tem sido desenvolvida na argumentação mais crítica da militância negra. No momento mesmo em que Lemkin inventava o termo, Abdias do Nascimento fundava, em 1944, o Teatro Experimental do Negro. O mesmo Abdias, em 1978,

publicaria *O Genocídio do Negro Brasileiro*.

No entanto, como o livro de Samantha Power deixa transparecer, a questão racial foi um dos grandes obstáculos que tiveram que ser enfrentados – na verdade, "contornados" – internamente para que Senado dos Estados Unidos aprovasse, depois de 47 anos, em outubro de 1988, a Lei de Implementação da Convenção do Genocídio. A questão racial assombrava legisladores sulistas. Nessa luta pela ratificação da Convenção pelos Estados Unidos, a impressão é a de que muitas concessões (e forçações) foram feitas, para separar a história da opressão dos negros da história do genocídio.

"Embora a folha corrida dos Estados Unidos no quesito racial certamente expusesse o país a acusações de racismo e violação dos direitos humanos, só uma interpretação muito exagerada da Convenção do Genocídio deixava os legisladores sulistas vulneráveis a acusações de genocídio" (p.95), escreve Samantha Power, tomando partido da bandeira de Lemkin.

"No que diz respeito ao problema dos negros, a intenção é preservar o grupo em um nível diferente de existência", teria dito o próprio Lemkin, "mas não destruí-lo". Uma porta-voz do Conselho Nacional das Mulheres Negras, Eunice Carter, teria dito que "o linchamento de um indivíduo ou de vários indivíduos não tem relação com a extinção de massas de pessoas em razão de raça, religião ou credo político" (idem).

Parte ou não de um esforço pela aprovação de uma Convenção importante, as concessões não convencem, de um ponto de vista negro. Também ao fazer uma nota sobre os crimes do Rei da Bélgica no Congo – onde "cerca de 10 milhões morreram em consequência da presença de Leopoldo" – Samantha Power soa pelo menos inconvincente, num momento em que parece encarnar o próprio "White Power". Diz ela: "os crimes de Leopoldo foram colossais (...) mas não se destinaram a aniquilar nenhum grupo étnico específico. Todo e qualquer escravo africano era vulnerável" (p.588).

G-word – Nessa passagem, Samantha Power parece reproduzir o mecanismo que ela próprio identificou, quando se deparou com o medo de pronunciar a palavra "genocídio". "Em vez de finalmente tornar as autoridades americanas mais inclinadas a deter o genocídio", é o que concluiu Power, "a tardia ratificação pelos EUA pareceu apenas deixá-los mais relutantes em usar a 'palavra' começada com g'" (p.581).

Muito do que Samantha Power diz sobre essa "g-word", nós conhecemos quando se trata de uma outra palavra; a nossa, começada com a letra r. Entendemos bem o movimento de argumentação que consiste, primeiro, em intentar negar – "o racismo não existe" –; depois, em reconhecer, mas desvalorizando – "existe, mas não tem centralidade" –; e, por fim, em reconhecer e valorizar, mas desanimando de agir, seja por medo – "mexer nesse vespeiro, sei não, arrisca piorar" –, seja por desalento – "só com o tempo isso vai mudar".

Parece interessante, também, assinalar que, ao buscar inspiração num estudo de Albert Hirschman sobre a retórica conservadora com que foram combatidos os princípios universalistas da Revolução Francesa, Samantha Power seguiu os mesmos passos de estudiosos brasileiros, como Renato Emerson dos Santos, que viram os defensores das ações afirmativas serem atacados por futilidade ("o problema não é racial, é social"), perversidade ("vão prejudicar os brancos pobres") e perigo ("vai-se criar um problema racial onde ele não existe").

**Mestre em Comunicação e jornalista (DF).*

Fale aí, preta!

dedicado a Rita dos Santos Barbosa da Associação Amigos de Gegê, dos Moradores da Gamboa de Baixo, em Salvador

Keisha-Khan Y. Perry*

Fale aí, preta!
Levante a cabeça, preta!
Não grite em silêncio!
Não grite em silêncio!
No silêncio do respeito forçado
No silêncio do "pois não, Senhor" e "sim, Senhora!"
Respeito despercebido no "menina, vem cá" e "faça isso [direito]"
Respeito mal dividido mal pago mal concebido no salário
[muito menos do que o mínimo]
Dos senhores que roubam que abusam que estupram
Das senhoras que torturam que controlam que vigiam
Os seus corpos escondidos
As suas mentes não emancipadas
As pretas colocadas em plena vista
Para todos verem
Ajoelhadas na poeira do egoísmo
Para todos verem e saborearem
A sensação de experimentar a tradição da humilhação
De manter elevadores de serviço
De pretas que depois de subir ladeira
Andar ligeiro
Tem que achar o seu lugar segregado
A porta a panela o quarto fechado
Diferente desigual separado
Será que não sabem que eu também gosto de bacalhau?
Que é o pão de hoje que prefiro comer?
Que quando me vêem na rua bem vestida é para me
[cumprimentar MESMO?]
Que tenho meus próprios filhos para criar?

Chegou a Salvador cheia de esperança
Chorou quando viu que estava cuidando dos filhos dos brancos
E não sabia quem dava banho na sua própria filha
A filha que chorava de solidão aparente no parentesco
[falsamente cultivado]
Chorava das relações baseadas em dinheiro trocado
Dinheiro gasto e responsabilidade esquecida
Sua infância roubada e sujada
Marcada pela consciência do abandono

E os senhores e as senhoras das casas grandes
Esquecem que é perigoso sair das senzalas às 5 horas da manhã
Que ela gostaria de ter seu horário de trabalho definido
Seu décimo terceiro salário na data certa
E andam afirmando que ela
É descendente das pretas que andavam em silêncio
As pretas que andavam contemplando transformação
As pretas que gritavam e controlavam suas casas
Inventavam soluções
Criavam revoluções
Vidro - as pretas quebravam em infinitos pedaços nos pratos
[de poder]

Veneno - as pretas ferviam em águas de dominação
Em sopas de discriminação



Gamboa de Baixo, Salvador, foto de Keisha-Khan Perry

De separação
De miscigenação forçada
Embaixo das árvores onde os senhores rezavam
[e enforcavam]
Onde as mãos pretas plantavam ervas que lembravam
[o sofrimento]

Das cicatrizes
Dos gritos quando
Abortavam futuros escravizados
E matavam dores de massacres em massa

E cada vez que a preta atravessa as pedras em silêncio
Sobe a ladeira
Pega ônibus na escuridão
Espera o elevador de serviço em silêncio
Entra pela porta dos fundos
Ela grita em silêncio
Ela lembra as marcas das dores
Ela anda ligeiro contemplando criando na sua cabeça
[em silêncio]

Nos pedacinhos de papel
Na memória
Guardando as receitas das águas
Das folhas
Respondendo com as sopas da justiça em silêncio
Quebrando e rompendo a infinita quantidade de vidro em silêncio
Escrevendo notas da educação de nossa libertação
[em silêncio]
Lembranças das dívidas para pagar em silêncio
Em silêncio em silêncio em silêncio.

© Abril de 2008

*Keisha-Khan Y. Perry é Profa. Dra. em Estudos Africanos na Brown University (EUA). kperry@brown.edu

POESIA & SILÊNCIO



ISSN 18085369



9771808536008